



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE MESTRADO**

JOSÉ KÉSSIO FLORO LEMOS

**RÚSSIA:
LIMITES DA ARMA ENERGÉTICA NO ESPAÇO PÓS-SOVIÉTICO
(2000-2014)**

**RECIFE
2018**

JOSÉ KÉSSIO FLORO LEMOS

RÚSSIA:
LIMITES DA ARMA ENERGÉTICA NO ESPAÇO PÓS-SOVIÉTICO
(2000-2014)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Linha de Pesquisa: Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros

RECIFE
2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

L5571 Lemos, José Késsio Floro.
Limites da arma energética no espaço pós-soviético (2000-2014) / José Késsio Floro Lemos. – 2018.
81 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2018.
Inclui referências.

1. Ciência política. 2. Geopolítica. 3. Armas nucleares. 4. Armas de energia dirigida. 5. Putin, Vladimir Vladimirovich, 1952- . I. Medeiros, Marcelo de Almeida (Orientador). II. Título.

320 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-190)

JOSÉ KÉSSIO FLORO LEMOS

RÚSSIA:
LIMITES DA ARMA ENERGÉTICA NO ESPAÇO PÓS-SOVIÉTICO
(2000-2014)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada em: 23 /08 /2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dra. Andrea Steiner (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dra. Cristina Carvalho Pacheco (Examinador Externo)
Universidade Estadual da Paraíba

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a capacidade do Estado russo de utilizar seus recursos energéticos como arma de política externa. Utilizando o modelo de análise desenvolvido por Stegen (2011), este estudo investigou a presença de cinco etapas necessárias para o uso efetivo da arma energética: (1) controle dos recursos; (2) controle das rotas de transporte; (3) implementação de ameaças, aumento de preços e interrupções e (4) aquiescência e concessões do Estado alvo (5) diversificação das fontes de importação energética pelo Estado importador. A análise foi realizada dentro de um contexto geopolítico definido: a determinação do presidente Vladimir Putin de recuperar o protagonismo da Rússia no cenário internacional, notadamente, no espaço pós-soviético. A partir da análise de cinco casos ocorridos entre 2004 e 2014, constatou-se que a curto prazo, a arma energética russa causou até transtornos e dramas econômicos nos países alvo. Todavia, no longo prazo, o uso político da energia não gerou os resultados pretendidos por Moscou. Pelo contrário, induziu os líderes dos países alvo a buscarem diversificação de suas fontes de fornecimento, afastando-os da esfera de influência do Kremlin.

Palavras-chave: Rússia. Energia. Geopolítica. Arma Energética. Putin.

ABSTRACT

This research aims to analyze the Russian state's ability to use its energy resources as a weapon of foreign policy. Using the analysis model developed by Stegen (2011), this study investigated the presence of five steps necessary for effective use of the energy weapon: (1) control of resources; (2) control of transport routes; (3) implementation of threats, price increases and interruptions, and (4) acquiescence and concessions of the target State (5) diversification of energy import sources by the importing State. The analysis was carried out within a defined geopolitical context: the determination of President Vladimir Putin to regain the leading role of Russia in the international arena, notably in the post-Soviet space. From the analysis of five cases between 2004 and 2014, it was found that in the short term, the Russian energy weapon caused even economic disruptions and dramas in the target countries. However, in the long term, the political use of energy did not generate the desired results for Moscow. On the contrary, it induced the leaders of the target countries to seek diversification of their sources of supply, away from the sphere of influence of the Kremlin.

Keywords: Russia. Energy. Geopolitics. Energy Weapon. Putin.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo Energy Weapon	15
Figura 2- Níveis de Poder Estatal	23
Figura 3 - Condições para o uso da Arma Energética	28
Figura 4 - Países que faziam parte do Bloco Soviético	31
Figura 5- Evolução do PIB da Federação Russa (1989-2015)	34
Figura 6 - Gastos Militares por país – Rússia, China e EUA (1989-2013)	36
Figura 7 - Produção de Petróleo e outros líquidos na Rússia (1992-2016)	41
Figura 8 - Principais Rotas de Exportação de Petróleo	47
Figura 9 - Projeto Nabucco.....	48
Figura 10 - Exportação de Gás Natural Russo por Rota (%).....	48
Figura 11 - Projeto Turkstream	50
Figura 12- Principais Rotas de Exportação de Gás Natural (Existentes e Propostas)	51
Figura 13 - Maiores Reservas Comprovadas de Gás Natural (Trilhões De Pés Cúbicos)	53
Figura 14 - Dependência dos Países Europeus em Relação ao Gás Natural Russo	55
Figura 15 - Gás Natural Russo Importado por País (2017) (BMC).....	55
Figura 16 - Exportações da Rússia por Produto	56
Figura 17-Importação de Gás Russo por Ucrânia e Lituânia (2000-2016)	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Objetivos de Pesquisa.....	13
Tabela 2- Estudos de Caso.....	14
Tabela 3- Geopolítica Energética	20
Tabela 4- Hidrocarbonetos como Arma	28
Tabela 5 - Preços do Gás Natural Cobrados pela Gazprom (\$ / TCM).....	58
Tabela 6 - Resultados do Uso da Arma Energética Russa	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABM	Anti-Ballistic Missile
BDP	Barris por dia
BMC	Bilhões de Metros Cúbicos
BTU	British Thermal Unit
CEI	Comunidade de Estados Independentes
EPI	Economia Política Internacional
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
SALT	Strategic Arms Limitation Talks
UE	União Europeia
UGSS	Unified Gas Supply System
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1	GEOPOLÍTICA E A SEGURANÇA ENERGÉTICA.....	19
2.2	NEORREALISMO CLÁSSICO E CONVERSÃO DE CAPACIDADES	21
2.3	NEOMERCANTILISMO ENERGÉTICO	23
2.4	ENERGIA E INTERDEPENDÊNCIA	25
2.5	ENERGIA COMO ARMA POLÍTICA	26
3	O FIM DA URSS E A TRANSFORMAÇÃO DA RÚSSIA.....	30
3.1	CONJUNTURA INTERNA: LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA	32
3.2	CONJUNTURA EXTERNA: AMEAÇA	35
3.3	A TESE DE PUTIN	37
4	CONVERTENDO CAPACIDADES EM PODER POLÍTICO	40
4.1	O RESGATE DO SETOR PETROLÍFERO	40
4.2	CONTROLANDO O GÁS NATURAL.....	43
4.3	CONTROLANDO AS ROTAS DE TRANSPORTE	45
4.4	RÚSSIA, UMA POTÊNCIA ENERGÉTICA?	53
5	UTILIZANDO A ARMA ENERGÉTICA.....	57
5.1	SUBSÍDIOS, AUMENTOS, INTERRUPÇÕES E ROTAS ALTERNATIVAS.....	58
5.2	ANÁLISE DOS CASOS	59
5.2.1	Belarus (2004,2006-07)	60
5.2.2	Geórgia (2005-06)	61
5.2.3	Lituânia (2011)	63
5.2.4	Ucrânia (2009, 2014)	65
5.2.5	Estônia (2007)	68
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
	REFERÊNCIAS.....	75

1 INTRODUÇÃO

O início do século XXI foi sobremodo importante para o ressurgimento da Rússia no cenário internacional. Por um lado, o país vinha de um período desastroso, onde sua economia havia sucumbido a níveis de subdesenvolvimento (SEGRILLO, 2015). O Estado estava desmontado, com setores estratégicos controlados por oligarcas que pouco se importavam com os interesses políticos do Kremlin. As Forças Armadas estavam sucateadas. O assento de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU e o arsenal nuclear herdados da União Soviética, na missão de tornar a Rússia um país respeitado no âmbito internacional, pareciam não ser suficientes (YERGIN, 2014). O orgulho russo estava ferido. Afinal, Instituições hostis como a OTAN e a União Europeia estavam se expandido e carregando o interesse geopolítico do Ocidente para bem perto de suas fronteiras. A zona de influência russa – o espaço pós-soviético – estava cada vez mais ameaçado pelas potências ocidentais (MEARSHEIMER, 2014).

Concomitantemente, o mercado mundial de energia estava em apreensão. O *Peak Oil* - momento em que a produção de petróleo mundial atinge o seu máximo, (OILPRICE, 2009) parecia está chegando. As reservas de hidrocarbonetos existentes pareciam ter esgotado sua capacidade de suprir uma demanda cada vez maior por energia em todo mundo. Não obstante, o 11 de setembro de 2001, criou uma intensa escalada militar no Oriente Médio, região fonte das maiores reservas de petróleo do planeta. Esses dois fatores, escassez e instabilidade, alavancaram os preços mundiais de energia, que em 2008, chegou ao maior valor da história: US\$145 o barril petróleo, enquanto o preço do gás chegou ao pico em 2005, com o preço acima de US\$ 15 por milhão de BTU.

Internamente, a Rússia assistia à chegada do seu novo presidente em 2000. Vladimir Putin estudou Direito na Universidade Estadual de Leningrado, e serviu 15 anos como oficial de inteligência estrangeira na KGB (Comitê de Segurança do Estado). Em 1994 começou sua vida política, ascendeu ao cargo de primeiro vice-prefeito de São Petersburgo. Em 1996, Putin mudou-se para Moscou, onde se juntou à equipe presidencial como vice de Pavel Borodin, o administrador-chefe do Kremlin. Yeltsin, que procurava um herdeiro para assumir seu cargo, nomeou Putin como o primeiro-ministro em 1999 (SEGRILLO, 2015). Em 31 de dezembro de 1999, Yeltsin anunciou inesperadamente sua renúncia e nomeou Vladimir Putin como presidente interino.

Prometendo reconstruir uma Rússia enfraquecida, o austero e reservado Putin venceu facilmente as eleições de março de 2000, com cerca de 53% dos votos. Como presidente, procurou acabar com a influência dos oligarcas e criar uma economia de mercado fortemente regulada (ASCHER, 2009). O novo presidente da Rússia, que viveu de perto o colapso da URSS e o desastre que o sucedeu, estava disposto a reverter os processos que enfraqueceram o poder do Kremlin e drenou as riquezas provindas da exportação de energia. Assim, Putin decidiu reestruturar o sistema político e econômico da Rússia, expurgando os oligarcas de Yeltsin e nomeando pessoas do seu ciclo de confiança para cargos chave. Também trouxe as indústrias estratégicas de volta para o escopo do Estado, e procurou reter ao máximo os dividendos oriundos dos preços altos da energia (TSYGANKOV, 2014).

Em relação às ex-repúblicas soviéticas, o governo Putin manteve a base de política externa fincada nos mesmos objetivos do período soviético. Entre os principais alvos políticos de Moscou estão: a conquista e a manutenção de portos quentes nos mares Báltico e Negro; a preservação de uma barreira geográfica às possíveis invasões do Ocidente, do Oriente e do Sul; a manutenção da influência nos assuntos estrangeiros, econômicos e políticos dos territórios vizinhos; o estabelecimento de controle sobre a produção e distribuição dos recursos naturais nesses territórios; e o controle sobre as instalações de defesa (FREIRE, 2011). Nesse sentido, o espaço pós-soviético continuou sendo uma zona de influência estratégica, que teria uma atenção especial na estratégia geopolítica do Kremlin, principalmente em um cenário de crescente influência por parte das organizações do Ocidente.

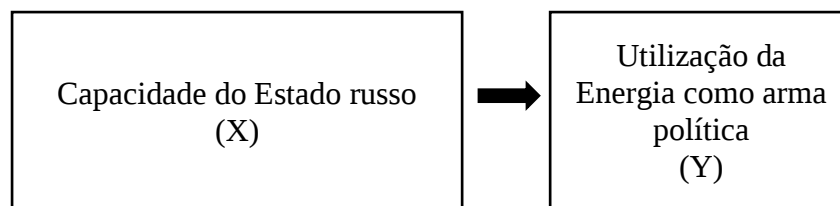
Para alcançar os objetivos citados, Moscou utilizou sua política energética e sua privilegiada posição monopolista de exportador de hidrocarbonetos para coagir as ex-repúblicas soviéticas a se alinharem politicamente com o Kremlin. Os países que se mantivessem em sua zona de influência seriam recompensados com generosos subsídios nos preços de petróleo e gás (NEWNHAM, 2011). No entanto, aqueles que decidissem se afastar de Moscou seriam punidos com o aumento dos preços ou até mesmo com interrupções no fornecimento de energia.

É exatamente neste ponto que reside esta pesquisa, a saber, explorar a relação dos recursos energéticos russos e sua posição de exportador monopolista como ferramenta geopolítica para preservação de seus interesses estratégicos no espaço pós-soviético. Assim, será avaliada se a instrumentalização dos recursos energéticos como um elemento de coerção política tem resultado em assertividade e alavancagem na política externa do Kremlin. Isto é, se Moscou tem conseguido os principais objetivos políticos em relação aos países do chamado espaço pós-soviético. Para tanto, pretende-se analisar inicialmente a capacidade do Estado russo

de exercer um controle estratégico sobre setor energético. Ou seja, até que ponto Moscou tem condições de utilizar a energia como arma política. Posteriormente será analisado os resultados empíricos do uso desse instrumento; se a arma energética tem alcançado os resultados pretendidos. Sendo assim, a proposta de pesquisa consiste em responder a seguinte **pergunta**:

Pergunta de Pesquisa:

Qual o alcance da capacidade do Estado russo de utilizar seus recursos energéticos como arma de política externa no espaço pós-soviético?



Esta pesquisa está baseada na hipótese de que apesar da capacidade do Estado russo de utilizar seus recursos energéticos como arma política ser grande, a eficiência da arma energética russa, entretanto, é bastante limitada. Isto é, apesar de Moscou atender a todas as condições necessárias para a utilização da arma energética, a sua aplicabilidade não tem gerado os resultados de política externa pretendidos no momento de sua utilização.

Quanto aos objetivos desta pesquisa, o principal deles é explicar qual os limites da capacidade do Estado russo de utilizar os recursos energéticos (gás e petróleo) como arma geopolítica no espaço pós-soviético, pela ótica do modelo de análise desenvolvido por (STEGEN, 2011), o qual veremos com maior profundidade posteriormente. Para tanto, iremos descrever as conjunturas interna e externa que precederam a chegada de Vladimir Putin à presidência em 2000. Uma vez que a pesquisa reconhece a existência de um interesse presidencial em resgatar a força e o protagonismo da Rússia através do setor energético, faz-se necessário delinear o contexto histórico que antecedeu o período sob escrutínio, afim de identificar com maior precisão as estratégias e objetivos delimitados pelo Kremlin durante os governos de Vladimir Putin e Dmitri Medvedev.

O segundo objetivo é averiguar as razões que levaram Vladimir Putin a reestruturar o setor energético da Rússia. O terceiro, é descrever a dinâmica de conversão de capacidades

utilizada pelo Estado russo para alcançar controle político sobre o setor energético. E o objetivo final é investigar os resultados obtidos através do uso arma energética, conduzindo à reflexão final que irá apontar o alcance da arma energética russa como um instrumento de resgate do protagonismo geopolítico do Kremlin.

Tabela 1 - Objetivos de Pesquisa

Objetivos
➤ Explicar qual o alcance da capacidade do Estado russo de utilizar os recursos energéticos (gás e petróleo) como arma política de política externa; ➤ Averiguar as razões que levaram Vladimir Putin a reestruturar o setor energético da Rússia; ➤ Descrever a dinâmica de conversão de capacidades utilizada pelo Estado russo para alcançar controle político sobre o setor energético; ➤ Investigar os resultados políticos obtidos pela Rússia através do uso da arma energética.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Para analisar os processos históricos em questão, utilizaremos uma versão adaptada do *process-tracing*. Em sua versão tradicional, é um método de pesquisa que permite a análise de evidências nos processos, sequências e conjunturas de eventos afim de desenvolver ou testar hipóteses sobre mecanismos causais que possam explicar determinado caso (BENNETT; CHECKEL, 2015). Assim, o método será combinado com a proposta do modelo de análise desenvolvido por (STEGEN, 2011). Chamado de “*Energy Weapon Model*”, o modelo de análise foi projetado para verificar se um Estado tem as condições necessárias para converter seus recursos energéticos em capital político. Este modelo baseia-se no reconhecimento de que para um país exercer o fornecimento de energia como arma política, várias condições devem ser alcançadas.

A primeira dessas condições é que o Estado deve consolidar o controle sobre os seus recursos energéticos. Em segundo lugar, o mesmo deve adquirir o controle das rotas de trânsito que ligam seus recursos até seus clientes. Em terceiro, deve usar os recursos de energia na tentativa de promover seus próprios objetivos políticos - implícita ou explicitamente - ameaçando, punindo ou recompensando um Estado cliente alvo. Por fim, o modelo propõe a análise de mais duas etapas: o tipo de reação do Estado cliente às ameaças, aumentos de preços ou cortes de fornecimento e se houve diversificação das fontes de importação por parte do

Estado alvo. A partir desse modelo, pode-se explicar todas as etapas do uso da energia como arma política, desde a conversão de capacidades até o resultado final da coerção.

Na quarta e quinta etapa do referido modelo de análise, utilizaremos para teste empírico, cinco casos onde a Rússia utilizou a arma energética como instrumento político contra Estados do espaço pós-soviético. Os casos foram selecionados por posição geográfica, disponibilidade de dados existentes e por apresentarem o contexto político sob escrutínio: possível aproximação política com potências ocidentais. Todos eles ocorreram entre 2004 e 2014, dentro dos mandatos dos presidentes Vladimir Putin (2000-2008, 2012-2018) e Dimitri Medvedev (2008-2012) e envolvem os seguintes países: Estônia, Lituânia, Geórgia, Belarus e Ucrânia. Após a identificação dos casos, será avaliado se ao utilizar esses recursos, o Estado exportador conseguiu alcançar os objetivos políticos pretendidos. Os dados analisados serão oriundos de fontes bibliográficas, de imprensa, documentos oficiais do governo (como *Energy Strategy of Russia for The Period Up To 2030*; *Energy Strategy of the Russian Federation until 2035*, por exemplo), documentos e relatórios de empresas de energia como Gazprom, Rosneft e etc., discursos dos presidentes e ministros da federação russa e dos Estados abordados, artigos de revistas de alto fator de impacto, *Think Tanks* e periódicos conceituados.

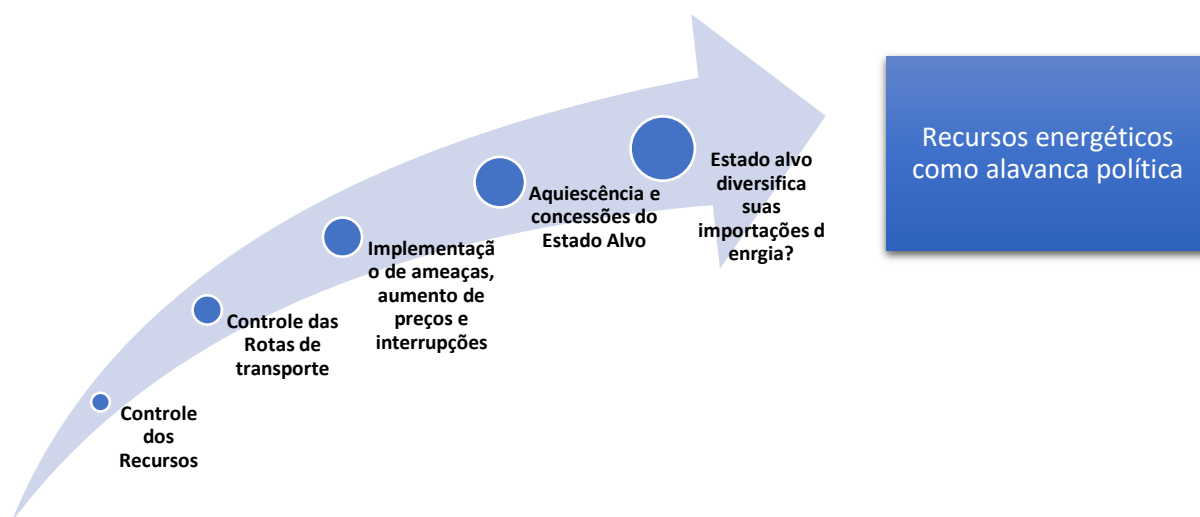
Tabela 2- Estudos de Caso

Países	Ano
Estônia	2007
Lituânia	2011
Belarus	2004,2006
Geórgia	2005-2006
Ucrânia	2009,2014

Fonte: Elaborada pelo autor

Desta combinação, portanto, nasce o desenho desta pesquisa. Em resumo, o procedimento da pesquisa será o seguinte: verificar a real capacidade do setor energético russo; ou seja, se o Estado tem controle significativo sobre o setor, desde a produção até o transporte dos recursos para os Estados clientes, e avaliar os processos e resultados dos eventos onde o Estado exportador tenha utilizado sua arma energética contra Estados clientes alvos.

Figura 1 - Modelo Energy Weapon



ESTADO

Fonte: Elaborado pelo autor. Baseado em (STEGEN, 2011)

No que concerne às justificativas para a esta pesquisa, são várias. Passados um pouco mais de vinte e cinco anos desde dissolução da URSS, o ensejo de entender e investigar a Rússia não se desapareceu. Mantém-se aquecido pelo fato de que ainda há muitas perguntas quanto ao objetivo, o caminho e o molde da evolução da Rússia desde 1991. Uma falta de clareza, quanto ao lugar que a Rússia ocupa e pretende ocupar no mundo contemporâneo tem levado a comunidade acadêmica a buscar respostas a respeito.

Na atualidade, a Rússia tem voltando ao protagonismo no tabuleiro da geopolítica internacional. Para muitos analistas, a exportação de recursos energéticos somada a alta dos preços mundiais da energia, a partir do início deste século, foram sobremodo importantes no processo de recuperação do poder nacional russo (FRIEDMAN, 2012; MANESS; VALERIANO, 2016; BOCHKAREV, 2006).

A partir dos anos 2000 tornou-se comum se referir à Rússia como uma “superpotência energética” (AALTO, 2012; GOLDMAN, 2008). Apesar do colapso da União Soviética, a Rússia continuou intimamente ligada aos mercados de petróleo e gás do espaço pós-soviético. É o único exportador de energia para muitos dos países da Europa Central e Oriental, bem como para os seus vizinhos imediatos, Belarus e Ucrânia. Continua também a ser uma rota de exportação e um mercado de energia para o Cazaquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. A Rússia também é um importante consumidor do gás da Ásia Central. Aspirando se tornar um

player cada vez mais ativo nos mercados asiáticos de energia, a Rússia está planejando explorar e desenvolver campos de gás e petróleo da Sibéria Oriental e construir uma rede de dutos no Oriente para fornecer saída futura à China, Japão e outros consumidores.

Não obstante, durante a maior parte da última década, os hidrocarbonetos representaram cerca de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) da Rússia, 75% de suas exportações e 50% das receitas governamentais (GLOBAL AND RUSSIAN ENERGY OUTLOOK TO 2040, 2014). Nesse sentido, cresceu a preocupação internacional de que o Kremlin pudesse usar a dependência energética de alguns países vizinhos e do continente europeu, para coagi-los a aderir às demandas políticas e econômicas de Moscou.

No entanto, o autor desta pesquisa percebe lacunas em muitas das análises de política energética russa, uma vez que o potencial do Kremlin de usar seus recursos energéticos para fins políticos parece ser supervalorizado diante da existente e importante definição de interdependência (KEOHANE e NYE, 2001). Ou seja, assim como muitos países dependem dos suprimentos energéticos russos, a Rússia depende das receitas provindo da exportação destes. Além disso, a mudança no mercado global de energia, o aumento na produção de energias renováveis, o crescimento da comercialização de gás GNL e a revolução do *shale*¹ nos EUA, tem oferecido alternativas de fornecimento a países que antes era dependentes de poucas fontes de hidrocarbonetos. Nesses termos, esta pesquisa busca uma singela colaboração ao apontar não só o potencial, mas também as limitações que o Estado russo enfrenta ao utilizar seus hidrocarbonetos como arma política, nesse novo contexto energético global.

No que concerne à estruturação desta dissertação assim está definido: no primeiro capítulo, intitulado Fundamentação Teórica, serão abordados alguns conceitos e teorias que estão diretas ou indiretamente associados ao respectivo problema de pesquisa. Conceitos como Geopolítica Energética, Neorrealismo, Conversão de Capacidades, Interdependência e Arma Energética, no ponto de vista do autor, são cruciais para o entendimento da proposta aqui apresentada. Sendo assim, o capítulo apresentará uma revisão das principais correntes teóricas que buscam explicar como e porque os Estados ricos em recursos energéticos buscam utilizá-los como instrumento de política externa.

No segundo capítulo, que tem por título O Fim da URSS e a Transformação da Rússia, serão analisadas as conjunturas interna e externa do período que antecedeu a chegada de Vladimir Putin ao poder - notadamente a década de 1990. Será demonstrado como o caótico cenário que foi instaurado na Rússia tornou-se raiz das principais transformações que viriam a

¹ Ver (LE MOS, 2016).

ocorrer na sua estrutura política/econômica durante o início do século XXI. Além disso, serão estudados os principais pontos da famosa Tese de Putin – trabalho acadêmico apresentado na Universidade de Saint Petersburg. Nela, pode-se ter uma boa noção de como o futuro presidente da Rússia via o setor energético antes mesmo de chegar à presidência.

No terceiro capítulo, intitulado Convertendo Capacidades em Poder Político, dar-se-á início as análises do modelo de pesquisa adotado, onde verificar-se-á até que ponto o Estado russo detém o controle sobre os recursos energéticos e sobre as rotas de transporte para seus Estados clientes. Ou seja, serão analisadas as duas primeiras etapas requeridas para o uso da arma energética.

No quarto e último capítulo, que tem por título Utilizando a Arma Energética, serão examinadas as duas últimas etapas do modelo de análise. Aqui, conterà os resultados das análises dos casos. Cinco países do espaço pós-soviético que foram alvos da diplomacia coercitiva russa, mas especificamente, da arma energética do Kremlin. Assim, em cada caso serão analisados a capacidade do Estado russo de impactar o país alvo, e a capacidade do Estado alvo e ceder ou resistir às demandas políticas e econômicas de Moscou, e a existência ou não de um processo diversificação das fontes energéticas por parte dos países alvo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As últimas décadas tem presenciado um aumento significativo nas interações entre recursos energéticos e política externa. Esta tendência resultou do aumento considerável no número de novos gasodutos e oleodutos internacionais, responsáveis por interligar os países produtores aos seus clientes consumidores. O desenvolvimento dessas infraestruturas ocorreu principalmente devido crescimento dramático na exportação de hidrocarbonetos (petróleo e gás) para países que não possuem acesso marítimo.

Não obstante, o fim da URSS e o consequente surgimento de vários Estados independentes naquela região, transformaram uma série de linhas de fornecimento, que antes eram domésticas, em infraestruturas internacionais. Assim, passaram a serem regidas por acordos e interações entre diferentes Estados. Em consequência, tais fatores acabam colaborando para que o acesso aos recursos energéticos acabasse implicando, necessariamente, em uma dinâmica não só entre os Estados produtores e consumidores, mas também com os Estados trânsito – aqueles que ficam entre os exportadores e importadores. Nesses termos, as relações energéticas possuem uma dinâmica muito volúvel, por vezes resultando em conflitos, por vezes em consenso (FUSER, 2013).

O drama da escassez dos recursos energéticos - notadamente os hidrocarbonetos, é marcado por um dinâmico contexto que envolve disputas pelo controle das fontes, a insegurança quanto ao abastecimento, consequências ambientais do seu uso e por impactos na economia global. Assim, a questão energética tem sido o motor de muitas transformações políticas e econômicas da nossa era (YERGIN, 2014).

A seguir algumas considerações que fazem dos recursos energéticos uma variável muito importante na análise de questões internacionais, como afirma (LARSSON, 2006):

- ❖ A energia é um insumo vital para qualquer economia moderna, e a segurança do suprimento de energia é uma preocupação para a maioria dos Estados;
- ❖ Assim, grande parte dos governos mantém influência sobre o setor energético dos Estados por meio de várias combinações de política, regulamentação, propriedade ou investimento;
- ❖ Um número crescente de países está se tornando progressivamente mais dependente de um pequeno número de fornecedores internacionais de petróleo e gás;

- ❖ O setor de energia continua a ser dominado por projetos de larga escala, intensivos em capital, com longos prazos de entrega, e por um número relativamente pequeno de empresas nacionais e multinacionais com a experiência e habilidade para realizar tais projetos;
- ❖ O financiamento de tais projetos está se tornando, cada vez mais, uma atividade internacional que requer documentação legal e complexa para satisfazer o financiador;
- ❖ O transporte de longa distância de energia por oleoduto é um monopólio natural que dá poder desproporcional ao operador comercial, ao fornecedor da energia e a qualquer Estado trânsito; assim, tal infraestrutura de transporte é geralmente regida por um tratado internacional;
- ❖ O setor de energia é um dos principais contribuintes para a poluição local, nacional, regional e global;

Nesses termos, a energia se insere no contexto geopolítico global e no âmbito securitário da política internacional. Por esse motivo, os estudos geopolíticos incorporaram os recursos energéticos ao objeto de análise da disciplina, por meio da criação do conceito de geopolítica energética. As teorias aqui apresentadas serão responsáveis por oferecer uma visão analítica sobre o papel da energia na política externa da Rússia. Ao mesmo tempo, também procurarão oferecer respostas quanto à dimensão e efetividade da política energética do Kremlin como instrumento de projeção internacional.

2.1 GEOPOLÍTICA E A SEGURANÇA ENERGÉTICA

Geopolítica é a batalha pelo espaço e pelo poder em um cenário geográfico. Assim como existem as geopolíticas militar, diplomática e econômica, também há a geopolítica energética. Para os recursos naturais e as rotas comerciais que trazem esses recursos para os consumidores, é fundamental o estudo da geografia (KAPLAN, 2014).

Ao longo da história, a geopolítica desempenhou um papel essencial na estratégia nacional. O controle das fontes de energia é um elemento de poder e de riqueza de muita relevância no jogo das relações internacionais. Afinal, a energia é responsável pelo funcionamento de todos os setores de um país, como comunicação, transporte, desenvolvimento social, qualidade de vida e operacionalização de forças militares. Assim, “a segurança energética se insere no processo de securitização das nações” (BRITO, SANTOS, *et al.*, 2012, p. 20).

A análise geopolítica geralmente se concentra no uso de recursos naturais e no impacto das características geográficas na política nacional e externa dos Estados. A importância das condições geográficas não pode ser ignorada (KAPLAN, 2013). Assim, a análise da geopolítica energética tem como foco fatores como a localização dos centros de oferta e demanda de energia, as rotas de trânsito e os preços dos recursos. É vital compreender a geopolítica da energia de modo a incorporar os interesses dos Estados. Afinal, a geopolítica energética de um país pode ter um impacto enorme sobre a eficácia de sua estratégia nacional e sobre o seu crescimento econômico (FERNANDES e RODRIGUES, 2017).

Outrossim, os recursos energéticos têm sido um importante propulsor da economia mundial e são essenciais para garantir a estabilidade e a segurança global (FERNANDES e RODRIGUES, 2017). Confrontados com o crescente aumento da demanda internacional por energia, e com efeitos negativos do consumo excessivo de energia fóssil, muitos Estados têm se comprometido a gerenciar os recursos energéticos disponíveis para equilibrar o consumo e a produção, e criar alternativas eficientes e renováveis de energia (BRITO, SANTOS, *et al.*, 2012). Esse aumento na demanda e a pressão resultante nos mercados internacionais de energia aparecem como um dos fatores que aumentam as tensões geopolíticas e a competição internacional entre as principais potências mundiais. Ao mesmo tempo, os riscos e ameaças à segurança energética, a instabilidade nos Estados produtores, a vulnerabilidade das rotas de abastecimento, o terrorismo, a pirataria e até as preocupações com a mudança climática, estão chamando a atenção dos Estados e das instituições internacionais para a necessidade de desenvolver mais estratégias de curto e longo prazo para enfrentar esses desafios e reduzir as vulnerabilidades da segurança energética global.

Tabela 3- Geopolítica Energética

ÊNFASE NAS CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DOS ESTADOS:	➤ Localização dos centros de oferta e demanda de energia; ➤ Rotas de trânsito e preços de energia; ➤ Competição Internacional;
---	--

Fonte: Elaborada pelo Autor, dados extraídos de (FERNANDES e RODRIGUES, 2017)

O conceito de segurança energética varia de acordo com os tipos de recursos, localização geográfica, sistema político, economia e política externa dos Estados. Entretanto, uma simples distinção pode esclarecer o significado deste conceito na visão de dois grupos de atores energéticos: os importadores e os exportadores. Os primeiros buscam garantir a segurança do fornecimento, por meio de uma diversidade de fornecedores energéticos e de uma infraestrutura de transporte adequada. Os últimos priorizam a segurança da demanda, a garantia de que sua produção será comprada a um preço justo, e fornecida por uma diversidade de clientes, respaldados por contratos de longo prazo, para que os orçamentos nacionais possam antecipar um fluxo de receita estável e previsível (FERNANDES e RODRIGUES, 2017). Os países exportadores, na maioria das vezes, preferem ter controle máximo sobre suas indústrias de energia, tentando obter investimentos suficientes para manter ou aumentar a produção, garantindo que suas economias sejam suficientemente diversificadas para que não dependam dos preços flutuantes de *commodities* energéticas (FUSER, 2013).

Nesse sentido, o controle sobre o setor energético por vezes é compreendido como fator de grande importância na conversão de recursos energéticos em poder estatal. Aqui, a geopolítica e a segurança energética são utilizadas para explicar os movimentos de natureza política e econômica por trás da elaboração da política energética dos Estados. Demonstrando sob quais fundamentos as relações entre exportadores e importadores de energia são construídas.

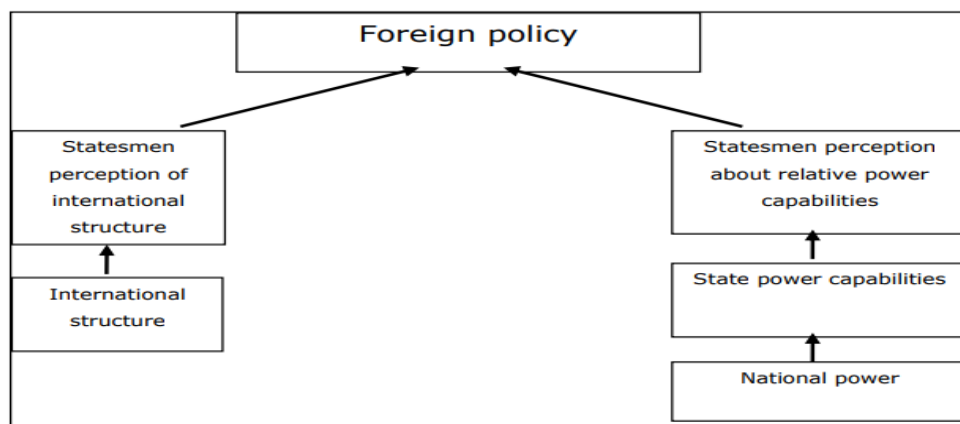
2.2 NEORREALISMO CLÁSSICO E CONVERSÃO DE CAPACIDADES

Para a teoria realista neoclássica das Relações Internacionais a principal variável com a qual a política externa é explicada é a preocupação dos Estados pela posição relativa que ocupam na distribuição de poder internacional (LOBELL, RIPSAN e TALIAFERRO, 2009). Esta teoria (re)introduz de maneira sistemática os fatores domésticos em suas explicações de política externa: recursos (no caso desta pesquisa recursos energéticos), capacidade de mobilização, influência dos atores sociais domésticos e grupos de interesse, nível de coesão das elites, etc. Esses fatores não são considerados os determinantes principais das políticas externas, mas sim variáveis intervenientes, presentes em modelos que dão prioridade explicativa aos fatores sistêmicos.

O realismo neoclássico oferece bons caminhos para a analisar nosso problema de pesquisa. Afinal, a teoria se concentra no poder material e ressalta a importância da estrutura

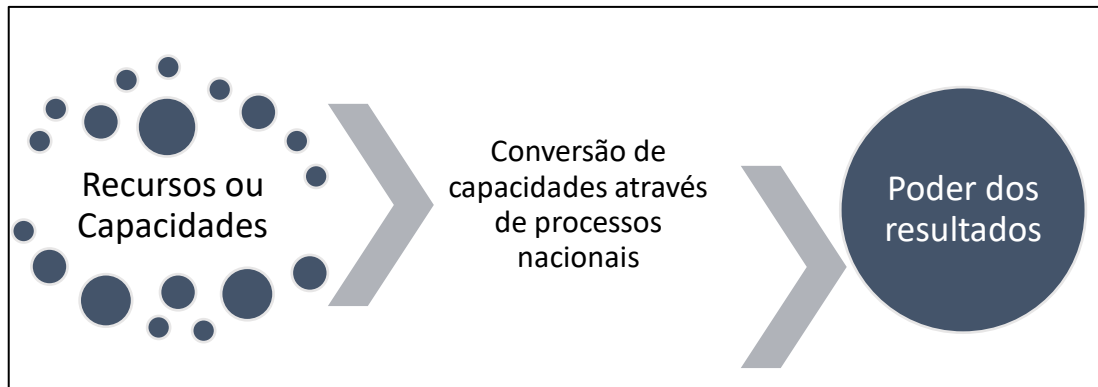
doméstica estatal, bem como a percepção dos Estados acerca da divisão de poder no sistema internacional. Esses aspectos criam a oportunidade de explicar as diferentes posições dos recursos energéticos na política externa de diferentes Estados. Ela até permite analisar as mudanças no papel dos recursos energéticos em matéria de política externa, em determinados períodos de tempo, quando as capacidades energéticas não mudaram. Exemplos da Rússia ou da Venezuela aqui se encaixam perfeitamente, pois os hidrocarbonetos se tornaram mais importantes na política externa após mudanças no governo (quando Vladimir Putin e Hugo Chávez ocuparam os cargos) (ČESNAKAS, 2010). Em resumo, o realismo neoclássico é uma teoria onde as variáveis domésticas interagem com forças sistêmicas para manter a parcimônia. Nesta teoria, interações e variáveis estão intimamente interligadas, sugerindo grandes explicações e previsões, o que é muito bem-vindo nesta pesquisa.

Imagens 1- Política Externa com Base na Teoria do Realismo Neoclássico



Fonte: (ČESNAKAS, 2010)

Não obstante, em uma clássica produção dos estudos internacionais na década de 1970, Jeffrey Hart publicou um artigo intitulado *Three Approaches to the Measurement of Power in International Relations*. Nele, o autor defende a hipótese de que o poder do Estado pode ser concebido em três níveis: (1) recursos ou capacidades, (2) conversão de capacidades através de processos nacionais; (3) e o poder dos resultados (HART, 1976). O ponto de partida para pensar e o desenvolvimento de métricas para o poder nacional é ver os Estados como "contêineres de capacidade". No entanto, essas capacidades - demográficas, econômicas, tecnológicas e de recursos naturais - apenas se manifestam através de um processo de conversão. Os Estados precisam converter recursos materiais em instrumentos mais utilizáveis. Assim, a preocupação final é com o poder nos resultados (HART, 1976)

Figura 2- Níveis de Poder Estatal

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em (HART, 1976)

Esta teoria traz uma enorme contribuição para o entendimento das reformas do setor energético realizadas por Vladimir Putin. Ao focar no processo de conversão de recursos em poder político, a teoria de Hart busca explicar como Putin reconfigurou o sistema energético de seu país, tornando-o o principal motor no processo de crescimento econômico e influência política do Kremlin. Não obstante, a teoria de Hart em muito se identifica com a próxima teoria que será analisada: o Neomercantilismo Energético.

2.3 NEOMERCANTILISMO ENERGÉTICO

A teoria Neomercantilista da Economia Política Internacional (EPI), enxerga a ordem internacional dos Estados como inerentemente anárquica. Assim, os Estados são entidades competitivas e racionais que buscam maximizar o poder relativo para preservar a segurança e a soberania e alcançar suas ambições mais amplas (ZIEGLER, 2010). No entanto, apesar da teoria tratar os Estados como atores unitários, ela igualmente reconhece que estes podem utilizar os acordos comerciais com grandes corporações para projetar seus interesses no exterior.

Como o realismo, o neomercantilismo enfatiza a centralidade do poder entre os Estados, naturalmente com foco nos instrumentos e estratégias econômicas de competição (ZIEGLER, 2010). Sendo assim, a teoria procura explicar como os Estados maximizam a riqueza econômica, racionalmente, com o objetivo de fortalecer sua posição internacional.

Não obstante, os Estados neomercantilistas usam o aparato governamental para tentar superar ou limitar as pressões que o mercado poder exercer sobre o desenvolvimento de

empresas estratégicas - aquelas consideradas fundamentais para o poder do Estado - e obter acesso privilegiado a matérias-primas essenciais.

A premissa do neomercantilismo é que o controle estatal sobre a economia é uma estratégia essencial para alcançar o fim supremo: a maximização do poder de um país em relação a seus concorrentes. Logo, as vulnerabilidades que acompanham a integração na economia global devem ser enfrentadas pelo Estado.

Vale observar que a teoria neomercantilista, apesar de ser uma forma de nacionalismo econômico, não rejeita o mercado. No entanto, busca proteger os interesses do Estado, em particular sua posição política e militar, através do controle das dinâmicas da economia política, tanto interna como externamente. Para tanto, os Estados neomercantilistas buscam controlar os fundamentos da economia, instrumentalizando setores estratégicos, por meio de empresas estatais ou mesmo privadas – aquelas atuam como agentes do Estado e são apoiadas por ele.

Na atualidade, cada vez mais os Estados estão preferindo arranjos mais complexos, nas quais empresas podem ser parcialmente controladas pelo Estado, mas negociadas publicamente nas principais bolsas de valores. Dessa forma, os Estados asseguram que os interesses comerciais das grandes empresas correspondam estreitamente com os objetivos políticos do país, e ao mesmo tempo consigam as maiores taxas de crescimento e eficiência, características das empresas de capital aberto no mercado global (ZIEGLER, 2010).

Além de controlar os recursos naturais vitais, como a energia, os Estados impulsionados pela lógica neomercantilista estão preocupados em controlar os dutos por onde esses recursos fluem. Assim, consideram o comércio de trânsito um fator crítico na competição por vantagem econômica relativa, especialmente quando a substituição do trânsito é impraticável por razões geográficas, técnicas ou contratuais (ZIEGLER, 2010).

Nesses termos, as estratégias neomercantilistas diferem significativamente do mercantilismo clássico, mas convergem no que concerne à importância de o Estado assegurar o controle estratégico sobre recursos vitais como forma de maximização da riqueza nacional. Enquanto o ouro e a prata eram as commodities estratégicas para o estado-nação no passado, o petróleo e o gás natural cumprem esse papel nos dias atuais. Assim como a teoria neorrealista, o neomercantilismo auxiliará na compreensão do processo de resgate do controle do setor energético russo por parte de seus líderes, objetivando a utilização do setor para fins políticos e econômicos.

2.4 ENERGIA E INTERDEPENDÊNCIA

O termo Interdependência Complexa foi desenvolvido por Robert Keohane e Joseph Nye e refere-se às várias conexões transnacionais complexas (interdependências) entre Estados e sociedades (KEOHANE e NYE, 2001). Os teóricos da interdependência argumentaram que o declínio da força militar como uma ferramenta política e o aumento da economia e de outras formas de interdependência deveriam ampliar a probabilidade de cooperação entre os Estados (KEOHANE e NYE, 2001). A complexa estrutura de interdependência pode ser vista como uma tentativa de sintetizar elementos do pensamento realista e liberal, antecipando problemas de trapaça e ganhos relativos levantados pelos realistas.

A interdependência deve ser “entendida como uma relação entre dois ou mais países na qual processos e decisões tomadas em cada um têm efeitos recíprocos, ou seja, atingem de alguma forma suas respectivas economias e sociedades” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 82). Para os autores, os efeitos recíprocos que caracterizam a interdependência sempre geram custos aos países envolvidos. Assim, dois tipos de efeitos são produzidos pela teoria da interdependência elaborada por Nye e Keohane:

- I. **Sensibilidade:** é o indicador de impacto, medido em termos de custos, que uma ocorrência em um país tem sobre a sociedade do outro. Quanto maior a interdependência, maior a sensibilidade (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 83).
- II. **Vulnerabilidade:** mede os custos das alternativas disponíveis para enfrentar os impactos externos. A vulnerabilidade de um país será alta quanto mais alto for o custo das iniciativas necessárias para fazer frente ao efeito gerado pela interdependência (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 83).

Em termos de segurança energética, que está relacionada a preocupações ou riscos de mudanças repentinas e recorrentes nos preços, no volume de demanda ou no fornecimento de energia, como resultado de interrupções intencionais ou não intencionais, a sensibilidade indica o volume relativo de energia importada de uma única fonte no contexto da demanda global de energia do país importador. A interdependência de vulnerabilidade, portanto, é medida pela existência de alternativas à energia importada e pelo custo da alteração, a fim de manter o funcionamento de sua economia. A título de exemplo, imagine dois países, cada um importando 35% de sua demanda de petróleo. Eles podem parecer igualmente sensíveis aos aumentos dos

preços; mas se um dos países pudesse mudar as fontes domésticas a custo moderado, e o outro não tivesse tal alternativa, o segundo Estado seria mais vulnerável do que o primeiro.

Com base na teoria da interdependência, a maioria das relações não corresponde às condições de interdependência perfeita e é caracterizada por certas assimetrias. Em um relacionamento interdependente assimétrico, o grau de interdependência da vulnerabilidade de uma das partes é maior do que o da outra parte. Portanto, em uma relação assimétrica, uma das partes tem custos mais altos do que a outra.

De acordo com Robert O. Keohane e Joseph S. Nye, as assimetrias em uma relação interdependente provavelmente fornecerão fontes de influência para os atores em suas relações uns com os outros. Os autores incorporam a definição weberiana de poder relacional, considerando o poder como a capacidade de um ator de fazer com que os outros façam algo que de outra forma não fariam e a um custo aceitável para o ator. Além disso, os autores observam que quando dizemos que a interdependência assimétrica pode ser uma fonte de poder, estamos pensando no poder como controle sobre os recursos, ou o potencial para afetar os resultados. Nesse sentido, os recursos energéticos podem ser caracterizados como instrumentos de coerção política.

A teoria da interdependência tem uma função muito importante no objetivo de investigar os resultados políticos obtidos pela Rússia através do uso da arma energética. Através do referido arcabouço teórico, pretendemos explicar o nível de impacto que a arma energética russa provocou nos países alvo e sobre si próprio (sensibilidade e vulnerabilidade). Clarificando o alcance e os limites da arma energética russa contra Estados vizinhos.

2.5 ENERGIA COMO ARMA POLÍTICA

A conexão entre recursos energéticos e política não é simples de ser explicada. Especialmente no caso da Rússia. Antes que as mudanças nos mercados globais de energia começassem a ser sentidas no final da primeira década de 2000, e antes de começarem a limitar a influência da Gazprom fora da Rússia, a política do Kremlin de fornecimento de energia (em especial de gás) foi caracterizada pelo poder comercial da Rússia e por sua influência política sobre os Estados importadores. Certamente, a Rússia também depende dos mercados de gás europeu para obter receita e para atingir ou manter sua estabilidade econômica. No entanto, a natureza dos mercados de gás e a infraestrutura de gasodutos transformaram a Gazprom em um monopólio atuante em vários países da UE e da Europa Oriental (BOCHKAREV, 2006). Essas condições estimularam um debate entre acadêmicos e analistas sobre em que medida a Rússia

abusou de sua posição monopolista e usou a energia como uma arma contra os Estados importadores (GHALEB, 2011; BILGIN, 2011; GOLDMAN, 2008). Até mesmo o termo “arma energética” se tornou um tópico para debate (GRIGAS, 2017; MANESS e VALERIANO, 2015). Naturalmente, há uma linha tênue entre “pressão” e “arma”, mas “arma” parece ser o termo preferido para aqueles que criticam o uso coercitivo da energia na Rússia como instrumento de política externa. Este ponto de vista foi particularmente prevalente no final da primeira década do século XXI (GRIGAS, 2012).

O termo "arma energética" denota que um Estado exportador de energia pode usar seus recursos como uma ferramenta política para punir ou coagir (ou às vezes uma combinação de ambos) seus clientes (STEGEN, 2011). Como cerca de 80% dos recursos energéticos do mundo pertencem a empresas estatais de petróleo e gás (ORTTUNG e PEROVIC, 2009), os formuladores de políticas em todo o mundo podem enfrentar cada vez mais a hostilidade de países fornecedores buscando converter recursos econômicos em poder político.

Vale observar que os hidrocarbonetos, por serem um bem escasso, mal distribuídos e caros, sujeitos a flutuações de preços consideráveis, possuem uma série de características que os tornam viáveis de serem utilizados como uma poderosa arma econômica. Além disso, com importantes repercussões nas perspectivas de crescimento mundial e na interação geopolítica entre os Estados, a energia muitas vezes é uma fonte de conflitos militares (FERNANDES e RODRIGUES, 2017).

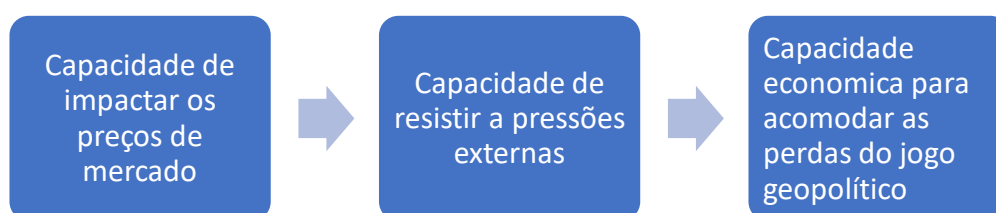
Como arma, os hidrocarbonetos podem ser usados de quatro maneiras: (1) criando um excedente na produção; (2) manipulando os preços (gás natural); (3) cortando ou interrompendo fornecimento (4) ou diminuindo essa produção para alavancar os preços no mercado internacional (petróleo). No primeiro caso, o objetivo pode ser duplo: ou atacar a economia de países concorrentes que dependem fortemente das exportações de energia, ou tornar economicamente inviáveis as fontes alternativas de energia. No caso da queda na produção, a expectativa é fazer com que os preços de mercado disparem. Normalmente, a cartelização de energia é mais eficaz no segundo cenário.

Tabela 4- Hidrocarbonetos como Arma

Estratégia	Objetivos
Criar excedente de produção	Atacar a economia de países concorrentes que dependem fortemente das exportações de energia; Tornar economicamente inviáveis as fontes alternativas de energia.
Manipulação de Preços (mais comumente usados com o gás natural)	Punir países hostis dependentes de energia com aumento de preços; Recompensar Estados parceiros com preços subsidiados.
Cortes e Interrupções	Forma mais traumática. Uma forma de coerção política.
Reduzir a produção (mais comumente utilizada com petróleo)	Forçar um aumento dos preços dos mercados por meio da diminuição da oferta.

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados extraídos de (FERNANDES e RODRIGUES, 2017)

Em ambas as imagens, o ator geopolítico que usa a energia como arma deve cumprir três condições: (1) exportar em escala global ou regional, para estar em posição de impactar os preços de mercado; (2) precisa possuir uma multidimensionalidade estratégica que permita resistir a ameaças e pressões externas; e (3) finalmente, deve gozar de uma economia estável o suficiente para acomodar internamente as perdas econômicas acarretadas por seu jogo geopolítico (FERNANDES e RODRIGUES, 2017). No que concerne aos hidrocarbonetos, petróleo e gás natural diferem muito em termos de seus processos de produção, transporte e cadeias de valor agregado associadas.

Figura 3 - Condições para o uso da Arma Energética

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados extraídos de (FERNANDES e RODRIGUES, 2017)

O papel estratégico e geopolítico da energia é notório e presente nas relações internacionais. No passado, os formuladores políticos e acadêmicos se concentravam principalmente no petróleo, e não no gás natural, que desempenhava um papel apenas secundário no mercado de energia. Historicamente, o gás também tem sido uma *commodity* principalmente orientada para o consumidor, enquanto o petróleo tem sido crucial para fins militares e para a indústria (GRIGAS, 2017). De fato, foi o petróleo, e não o gás, que foi decisivo na Primeira e Segunda Guerras Mundiais pelos Aliados, e foram os fornecimentos de petróleo americanos que fizeram do país a principal potência do século XX (YERGIN, 2014).

Entretanto, o gás é mais suscetível a variáveis políticas do que o petróleo. Afinal, as dificuldades de transportá-lo por longas distâncias por terra ou através dos mares tornaram-no um combustível regional e não um produto global fungível. Além disso, o transporte de gás tem sido frequentemente operado por monopólios. Consequentemente, os países produtores e importadores de gás tiveram que forjar elos diretos e duradouros uns com os outros por meio de contratos de longo prazo e com parcerias na construção de infraestruturas de gasodutos (GRIGAS, 2017).

A corrente teórica que examina a possibilidade dos recursos energéticos sem utilizados como instrumento político é fundamental para esta pesquisa. Em especial a obra de (STEGEN, 2011), que nos oferece a premissa de que a Rússia tem utilizado a denominada arma energética - nosso principal objeto de análise. Portanto, esta teoria é o principal fundamento deste trabalho.

Na próxima seção serão analisadas as conjunturas interna e externa da Rússia no pós-Guerra Fria. O objetivo é identificar as razões que levaram o presidente Putin a reorganizar o setor energético do país. Para tanto, faz-se necessário compreender a percepção dos líderes russos sobre os reais motivos que levaram ao enfraquecimento do poder nacional russo e ao conseguinte declínio do país na distribuição de poder do sistema internacional. A compreensão deste recorte histórico é de fundamental importância para uma avaliação do papel do setor energético na estratégia internacional da Rússia no século XXI.

3 O FIM DA URSS E A TRANSFORMAÇÃO DA RÚSSIA

Em 25 de dezembro de 1991, Mikhail Gorbachev, presidente da URSS, fez um surpreendente discurso que mudaria a história: “Por meio deste comunicado, interrompo minhas atividades no cargo de presidente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas” (GORBACHEV *apud* YERGIN, 2014, p. 31). Alguns dias mais tarde, em 31 de dezembro de 1991, a URSS deixou de existir formalmente. Mikhail Gorbachev, último presidente da URSS, transferiu a maleta com os códigos nucleares à Boris Yeltsin, o primeiro presidente da Federação Russa. A União Soviética, uma superpotência global, havia sucumbido. Seus sucessores “seriam quinze Estados de tamanhos variados, da enorme Federação Russa à pequenina Estônia” (YERGIN, 2014, p. 32). A Rússia acabou por ser a grande herdeira da URSS.

Com a separação da União Soviética em 1991, a Rússia perdeu o controle de cerca de dois milhões de quilômetros quadrados de território soberano - mais que o equivalente a toda a União Europeia ou a Índia (FRIEDMAN, 2012). Também perdeu a parte da Alemanha que havia conquistado na Segunda Guerra Mundial e seus outros satélites na Europa Oriental (Ver Figura 5). Sendo assim, a dissolução da União Soviética (URSS) e o enfraquecimento de seu maior pilar – a Rússia, representou uma reconfiguração da ordem internacional. O nível alarmante do declínio russo é percebido pelo fato de que o país foi a “única potência no século XX cujo padrão de vida e expectativa caíram a níveis de subdesenvolvimento” (HAGE, 2013, pp. 23). O Produto Interno Bruto (PIB) despencou pela metade. Do ponto de vista social, a catástrofe russa foi descrita por seu atual presidente, Vladimir Putin:

[...] A coisa mais importante é que, após a desintegração da União Soviética, 25 milhões de russos, num piscar de olhos, se viram no exterior. Em outro país. Foi uma das maiores catástrofes do século XX. Pessoas acostumadas a viver em um país, com seus parentes, trabalhos, residências e direitos iguais, que num piscar de olhos se viram no exterior. Havia certos sinais de guerras civis e, depois, guerras civis completas. (Putin *apud* STONE, 2017).

Não obstante, o desmantelamento da URSS teve efeitos duradouros na economia global e no comércio exterior regional. Também provocou muitas mudanças culturais e convulsões sociais nas antigas nações soviéticas. Entre 1989 e 1991, o produto nacional bruto nos países soviéticos caiu 20%, dando início a um período de completo colapso econômico (NORWICH UNIVERSITY, 2017). A desorganização do espaço econômico “soviético aprofundou a

A Comunidade dos Estados Independentes – CEI, foi criada poucos dias antes da dissolução oficial da União Soviética. Foi gerada por meio de um acordo assinado entre a Rússia, Bielorrússia e Ucrânia, em Belovezhskaya Pushcha - Bielorrússia, em 8 de dezembro de 1991 (FREIRE, 2011). A Comunidade se assenta no princípio da igualdade soberana dos seus Estados-membros. O objetivo da Instituição era, de fato, constituir um mecanismo “agregador e facilitador de uma transformação pacífica da velha URSS numa nova forma de organização que perpetuasse o poder da Rússia no antigo espaço soviético. Ou seja, um novo organismo aglutinador que permitisse continuidade nas unidades constituintes da União Soviética, agora sob uma nova designação” (FREIRE, 2011, p. 128). Contudo, a criação da CEI não evitou que as repúblicas seguissem o seu próprio curso, independentemente da sua adesão à nova organização, à exceção das três repúblicas do Báltico – Estônia, Letônia e Lituânia –, que nunca foram Estados-membros da CEI. No entanto, a Comunidade acabou por se revelar institucionalmente disfuncional, significando que o objetivo russo de influência e controle se revelou limitado, apesar do seu poder e influência na área. Estas diferenciações têm de fato constituído obstáculo adicional à formulação política e estratégica russa para a área, com políticas contraditórias e nem sempre direcionadas numa lógica de reciprocidade com efeitos positivos para as partes envolvidas, incluindo Moscou.

Deste modo, o fim da URSS acabou gerando impactos em três dimensões distintas: (1) internamente, (2) regionalmente e (3) internacionalmente. Na próxima sessão serão abordadas essas questões. A Rússia, apesar de ser a principal herdeira da estrutura política/econômica da URSS - herdando o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, as armas nucleares, as empresas estatais, todavia, também herdara dívidas, e passou por uma profunda transformação econômica que conduziu o país à pobreza, instabilidade e o conseqüente enfraquecimento de sua posição relativa na distribuição de poder internacional (FRIEDMAN, 2012).

3.1 CONJUNTURA INTERNA: LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA

Ao assumir a presidência da Rússia, Boris Yeltsin (1990-1999) apresentou uma radical estratégia de reforma econômica - a chamada terapia de choque. O presidente afirmou que a Rússia precisava transformar seu sistema econômico de forma rápida e irreversível. Yeltsin planejou uma ação decisiva e sem coordenação com as ex-repúblicas soviéticas. Em seu

discurso no Parlamento russo, no auge do fracassado golpe de agosto de 1991³, Yeltsin comprometeu-se, entre outras coisas, com: (1) a liberalização dos preços, que objetivava acabar com as penúrias e alinhar os preços relativos internos com os preços internacionais até o final daquele ano; (2) a rápida privatização da indústria e da terra; (3) grandes reduções nos gastos do Estado e (4) uma rígida política monetária. Yeltsin argumentou que a Rússia deveria avançar à frente das outras repúblicas e que, ao fazê-lo, serviria de exemplo para elas (BUSHKOVITCH, 2014).

Nas semanas posteriores ao golpe uma parte da política de privatização já estava praticamente completa: a transformação das unidades de produção e bancos estatais em empresas privadas. A maioria dessas empresas tinham um monopólio efetivo sobre algum setor da economia. Ou seja, constituíam a nata do sistema financeiro e econômico da Rússia. A outra parte da política era a “privatização por cupom”. Na teoria, todos receberiam cupons de propriedade no valor de 7.000 rublos (cerca de US\$ 120) mas que na prática, não valiam praticamente nada. No final, o Estado simplesmente entregou seus recursos remanescentes a empresários a preços de queima de estoque (BUSHKOVITCH, 2014).

Os resultados das reformas foram diferentes do que os reformistas russos esperavam. Embora o governo de Yeltsin tenha realmente liberado a maioria dos preços e conduzido a privatização durante o ano de 1992, o curso radicalmente pró-ocidental não produziu um modelo de livre mercado do capitalismo, mas sim um modelo oligárquico. Enquanto surgia uma nova elite de oligarcas, o padrão de vida da população despencou. A URSS, que chegou a “ostentar níveis de expectativa de vida e educação de Primeiro Mundo, em curtíssimo espaço de tempo, regrediu a um padrão de Terceiro Mundo” (VISENTINI, 2015, p. 94). A hiperinflação liquidou a poupança dos cidadãos russos. Médicos, professores, mineiros de carvão e operários ficaram sem receber por meses, ou até mesmo, por anos (BUSHKOVITCH, 2014). Como os padrões de vida diminuíram drasticamente em um período muito curto de tempo, a maioria das pessoas se viu empobrecida.

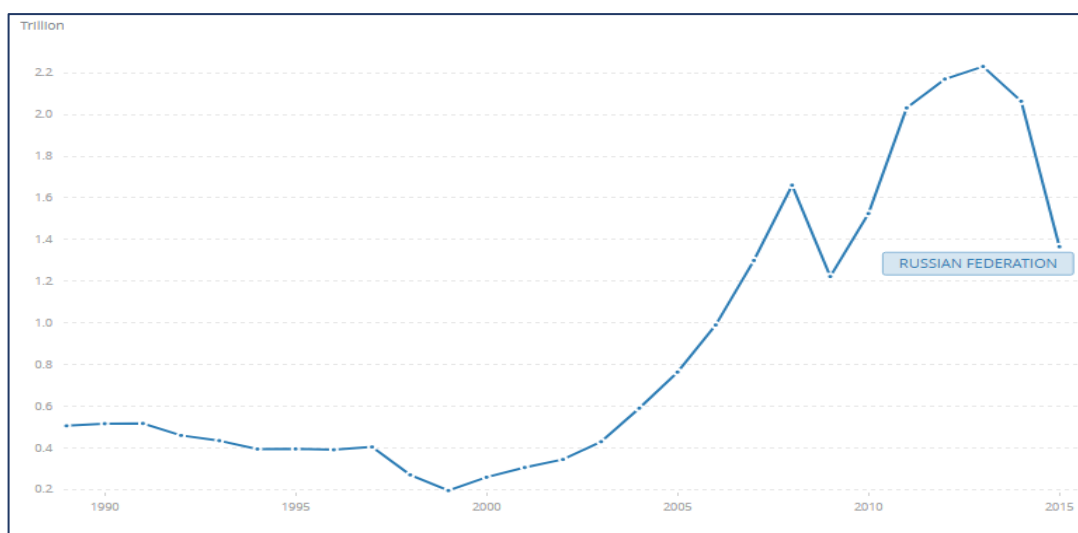
Em contraste, um pequeno número de indivíduos obteve o controle de mais de 50% da economia (NYGREN, 2018). A essência da reestruturação econômica foi o programa de privatizações. Em muitos aspectos, entre 1992 e 1995, a Rússia acompanhou ou ultrapassou a taxa estabelecida no programa original de privatização de outubro de 1991 (NYGREN, 2018).

³ Na tentativa de golpe, que começou no dia 19 de agosto de 1991 e durou três dias, um grupo de comunistas de linha dura tentou afastar do poder o então presidente da URSS, Mikhail Gorbachev, que vinha realizando uma série de reformas no país. Boris Yeltsin, então presidente da Rússia, saiu fortalecido do golpe, depois de liderar a resistência no Parlamento, pedindo que a ordem e a democracia fossem respeitadas.

Como vice primeiro ministro para política econômica, o reformista Anatoly Chubays era um defensor eficaz das privatizações durante seu importante estágio inicial. Em 1992, a privatização de pequenas empresas começou por meio de aquisições de funcionários e leilões públicos. No final de 1993, mais de 85% das pequenas empresas russas e mais de 82 mil empresas estatais russas⁴, ou cerca de um terço do total existente, haviam sido privatizadas (HAYS, 2008).

A transferência do controle das empresas russas teve um impacto enorme no PIB do país. Afinal, Yeltsin transferiu para as mãos de oligarcas empresas que eram responsáveis por 70% do PIB da Rússia. Para a surpresa de muitos, o resultado foi devastador. Entre 1991 a 1996, a queda no PIB russo foi de cerca de 40% (NORWICH UNIVERSITY, 2017). A nível de comparação, o encolhimento do PIB da Rússia durante a década de 90, foi maior do que o ocorrido durante a Grande Depressão nos EUA⁵. Como o PIB em outros países do mundo continuou crescendo durante a década de 1990, a Rússia acabou ficando para trás mediante tais resultados.

Figura 5- Evolução do PIB da Federação Russa (1989-2015)



Fonte: (WORLD BANK, 2018).

Isto posto, constata-se que a abertura comercial desenfreada foi desastrosa para boa parte da indústria russa. Esta, ficou exposta à concorrência internacional, o que explica a queda

⁴ Inclui-se estabelecimentos como restaurantes, pequenas empresas e prestadoras de serviço.

⁵ Crise econômica mundial que começou em 1929 e durou até cerca de 1939. Foi a mais longa e mais severa depressão já experimentada pelo mundo ocidental industrializado. Embora tenha se originado nos EUA, a Grande Depressão causou drásticos declínios na e culturais não foram menos surpreendentes, especialmente nos EUA, onde a Grande Depressão representou a maior adversidade enfrentada pelos americanos desde a Guerra Civil.

dramática dos índices de produção de vários setores (em média 56%) (NORWICH UNIVERSITY, 2017). Por outro lado, o aumento das exportações esperado depois da abertura comercial não aconteceu nas proporções esperadas, devido ao fato de muitos países implementarem barreiras contra a entrada dos produtos russos. Em contrapartida, devido à instabilidade no sistema de privatização de terras, a Rússia foi forçada a importar mais de um terço de seus produtos alimentícios até o ano de 1997 (BUSHKOVITCH, 2014).

Deste modo, as “medidas econômicas adotadas pelo governo Yeltsin fragilizaram ainda mais a Rússia, quase a convertê-la em um país subdesenvolvido e periférico” (BANDEIRA, 2018). Da mesma forma, as demais repúblicas da extinta URSS, que passaram a integrar sua sucessora, a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), saíram bastante enfraquecidas do processo de transição.

Em relação ao setor energético, o governo de Yeltsin dividiu a indústria petrolífera em mais de uma dúzia de empresas privadas. Burocratas, governadores locais, estrangeiros, banqueiros independentes e até os patrões da máfia lutaram pelo controle dessas empresas (AALTO, 2012). Quando a poeira baixou, dois terços da indústria estavam em mãos privadas, com cada empresa controlada por um número pequeno de indivíduos. Algumas das empresas petrolíferas permaneceram sob o controle de elites regionais, como a Tatarstão e Bashkortostan, ou industriais leais ao Kremlin, como a Lukoil e a Surgutneftegaz. (RUTLAND, 2018). Maiores detalhes sobre a evolução do setor energético da Rússia serão abordados no próximo capítulo.

3.2 CONJUNTURA EXTERNA: AMEAÇA

No âmbito internacional a queda do regime soviético e o fim da URSS resultou em uma reconfiguração da ordem internacional. Após a quebra da bipolaridade, um vácuo político se abriu. Deste modo, os EUA tiveram seu momento imperial e começaram a atuar, internacionalmente, como *lonely power*⁶, uma potência hegemônica. Ou seja, o único grande centro de autoridade, força e decisão econômica e política da ordem internacional. (BANDEIRA, 2013)

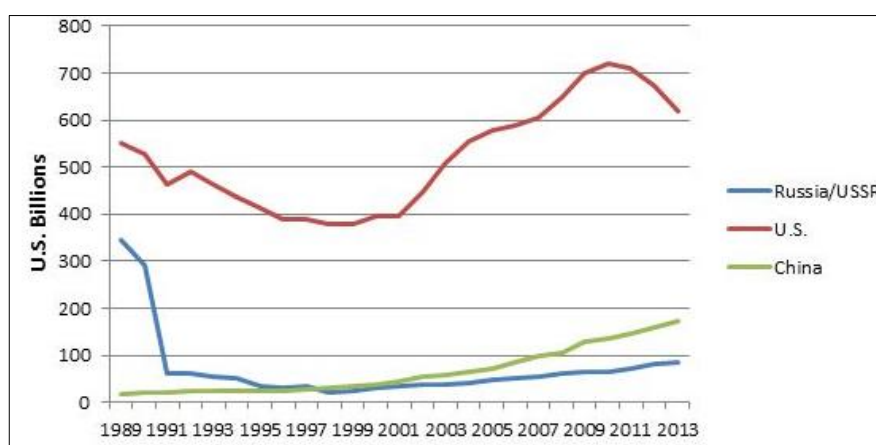
Aproveitando-se da decadência da Rússia nos anos 90, os EUA começaram a estender sua influência em direção da área ex-URSS. Em 1996, no mandato do presidente Bill Clinton

⁶ Existe agora apenas uma superpotência. Mas isso não significa que o mundo seja unipolar. Um sistema unipolar teria uma superpotência, nenhuma grande potência significativa e muitos poderes menores. Como resultado, a superpotência poderia efetivamente resolver questões internacionais importantes sozinhos, e nenhuma combinação de outros Estados teria o poder de impedi-lo de fazê-lo.

(1993-2001) a Casa Branca se recusou a ratificar o Tratado de Proibição Total de Testes, bem como as mudanças no SALT 2 (*Strategic Arms Limitation Talks*)⁷, que estabeleciam um maior controle sobre armas estratégicas. Já durante o mandato de George W. Bush (2001-2009), os EUA deixaram o Tratado de Mísseis Antibalísticos (ABM), que havia sido celebrado em 1972 com a então URSS (BANDEIRA, 2013). Além disso, a Casa Branca decidiu empenhar-se no estabelecimento de um sistema de defesa antimísseis na Polônia e República Tcheca.

Todos esses acontecimentos foram minando as frágeis garantias de segurança que a Rússia havia recebido ao final da Guerra Fria. A maior dessas garantias era o compromisso estadunidense de que a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte)⁸ não se expandiria para áreas adjacentes ao espaço pós-soviético. No entanto, ainda na administração do presidente Clinton, ficou evidente que os EUA agiriam de outra forma. Em meados da década de 1990 a expansão da OTAN começou a ser efetivada. O primeiro alargamento da organização trouxe para sua esfera de influência a República Tcheca, a Hungria e a Polônia. O segundo ocorreu em 2004, e incluiu a Bulgária, Estônia, Lituânia, Letônia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia (MEARSHEIMER, 2014). Para os russos, as condições de segurança do país estavam em deterioração. Seu entorno estratégico estava cada vez mais absorvido pela influência ocidental. O Kremlin queria reagir. Porém, estava muito fraco.

Figura 6 - Gastos Militares por país – Rússia, China e EUA (1989-2013)



Fonte: (SIPRE, 2018)

⁷ As Conversações sobre Limites para Armas Estratégicas (mais conhecidas em inglês como *Strategic Arms Limitation Talks* ou SALT) são duas rodadas de negociações bilaterais e consequentes tratados internacionais entre a União Soviética e os Estados Unidos, as superpotências da Guerra Fria, acerca do tema do controle de armas nucleares. Houve duas rodadas de acordos: SALT I e SALT-II.

⁸ Organização do Tratado do Atlântico Norte: aliança militar intergovernamental baseada no Tratado do Atlântico Norte, que foi assinado em 4 de abril de 1949. A organização constitui um sistema de defesa coletiva através do qual seus Estados-membros concordam com a defesa mútua em resposta a um ataque por qualquer entidade externa à organização.

Se levado em conta a concepção tradicional de que os gastos militares refletem o poder dos Estados no sistema internacional, o orçamento militar da Rússia, nos anos 1990, pode servir de diagnóstico quanto ao enfraquecimento do país. A Figura 7 demonstra a queda vertiginosa nos gastos militares após a queda da URSS. A imagem também demonstra que somente na virada para o século XX é que se constata um crescimento orçamentário considerável e relativamente progressivo para com as forças militares do país.

Deste modo, para a Rússia, a perda da Guerra Fria foi devastadora: perdeu um império, seu status de líder global, e sua identidade como líder titular da nação socialista. A perda da Guerra Fria também resultou na perda do bem-estar doméstico (MCNABB, 2016). Quando a Rússia se opôs a movimentos políticos que julgara ameaçadores, como o bombardeio aos seus antigos aliados sérvios na ex-Iugoslávia e a expansão da OTAN na Europa Central e Oriental, suas objeções foram simplesmente ignoradas. A Rússia não era mais considerada um ator de força no tabuleiro político internacional. Pelo contrário, foi ignorada durante os anos 90 (MCNABB, 2016). Os líderes ocidentais simplesmente assumiram que os dias da Rússia como uma grande potência haviam acabado. Para Vladimir Putin, a Rússia precisava se reerguer, e o setor energético poderia ser o motor do ressurgimento russo.

3.3 A TESE DE PUTIN

Não é muito comum líderes políticos influentes publicarem estudos acadêmicos. No caso do presidente Vladimir Putin, há uma oportunidade única de examinar como ele via os setores econômicos mais importantes da Rússia antes de se tornar seu principal líder. No final da década de 1990, mais precisamente em 1997, quando ainda não tinha chegado ao posto de presidente, Putin defendeu sua dissertação em economia (*Kandidat Nauk*)⁹, no Instituto Estadual de Mineração de São Petersburgo. A obra tem por título “*Mineral and Raw Materials Resources and the Development Strategy For The Russian Economy*” (título em inglês). A partir da publicação de Putin, o Instituto tornou-se um órgão de referência nos assuntos energéticos da Rússia. O reitor da instituição é Vladimir Litvinenko, membro da Comissão de Energia russa. Acredita-se que Litvinenko tenha participado da elaboração da Estratégia Energética da Rússia no governo Putin (LARSSON, 2006).

A tese de Putin tratava sobre economias em desenvolvimento e como introduzir o estilo de gestão ocidental no setor energético da Rússia (LARSSON, 2006). Posteriormente, Putin

⁹ É o primeiro de dois diplomas científicos em nível de doutorado em alguns países da antiga União Soviética.

publicou um resumo de suas descobertas. Harley Balzer forneceu à comunidade acadêmica uma tradução do resumo de Putin, que publicou no periódico *Problems of Post-Communism* (PUTIN, 2006). Balzer observa que a tese em si não está publicamente disponível, como relataram vários repórteres que tentaram acessá-la em 1999. Balzer acredita que existe a possibilidade de Putin ter utilizado informações da KGB¹⁰ e FSB¹¹, o que tornou a obra sensível (PUTIN, 2006). No que concerne ao resumo, ele apresenta uma visão abrangente das maneiras pelas quais os recursos minerais poderiam formar a base para o desenvolvimento econômico da Rússia. Putin acredita que o Estado tem um papel importante a desempenhar nesse processo, regulando o setor e estimulando a formação de grandes conglomerados financeiro-industriais verticalmente integrados, que seriam capazes de competir efetivamente com empresas multinacionais ocidentais. Embora dependam principalmente de mecanismos de mercado para influenciar o desenvolvimento, o governo russo teria, em sua visão, a responsabilidade de elaborar uma combinação adequada de medidas administrativas e de mercado para garantir o desenvolvimento das indústrias extrativas e de processamento. Estas indústrias poderiam, então, fornecer a base para toda a economia russa avançar para o desenvolvimento sustentável baseado na alta tecnologia (PUTIN, 2006).

Não obstante, Putin argumenta que desenvolvimento sustentável, baseado em recursos naturais, poderia garantir a segurança econômica do país através da criação de uma base de recursos confiável para atender às necessidades atuais e futuras da economia russa, levando em consideração fatores ecológicos, sociais, demográficos e de defesa. Ademais, Putin assevera que o desenvolvimento da economia mundial mostra que o crescimento econômico nos países desenvolvidos é de cerca de 2 a 3 por cento ao ano, e geralmente é alcançado com base na introdução de alta tecnologia. Considerando isso, para ele, a economia russa precisava ter um ritmo de crescimento econômico entre 4% e 6%. Assim, esse crescimento poderia permitir a redução do atraso da Rússia em relação aos países desenvolvidos em termos de PIB per capita (PUTIN, 2006).

Putin também argumenta que a Rússia precisaria contar com seus recursos minerais pelo menos durante a primeira metade do século XXI, e possivelmente mais. O uso efetivo dos recursos pode ser a base para a entrada da Rússia na economia mundial. Portanto, o setor é crucial para toda a vida do Estado, apoiando a indústria, fornecendo 50% do PIB e 70% das

¹⁰ Comitê Soviético de Segurança do Estado (KGB). Deixou de existir em 1991.

¹¹ Sucessora da KGB. Atualmente, principal agência de segurança da Rússia.

receitas de exportação, e criando condições para a modernização do complexo militar-industrial da Rússia (PUTIN, 2006)

A julgar por isso, Putin acreditava que a base de recursos naturais garantiria a posição internacional da Rússia e um desenvolvimento econômico positivo. O Estado deveria, portanto, estabelecer prioridades na indústria energética e o planejamento estatal deveria ser o núcleo do gerenciamento de recursos.

4 CONVERTENDO CAPACIDADES EM PODER POLÍTICO

Um dos principais resultados das reformas econômicas dos anos 1990, foi surgimento de um poderoso grupo de interesse na Rússia – os oligarcas. Estes eram compostos por um punhado de indivíduos extremamente ricos, que assumiram o controle de grande parte da economia e passaram a ter influência sobre as principais decisões do Estado (VISENTINI, 2015). Apesar da inexperiência de alguns no setor, vários deles construíram sua fortuna em empresas de energia devido ao acesso ao capital financeiro de bancos privados, conexões e privilégios especiais concedidos pelo governo de Boris Yeltsin (isenções fiscais, etc.) e aos esquemas fraudulentos das privatizações (TSYGANKOV, 2014). Os novos atores econômicos, como Mikhail Khodorkovski, da Yukos e Boris Berezovski, e Roman Abramovich, da Sibnef, se tornaram os donos dos gigantes do petróleo da Rússia, principalmente por causa do patrocínio do Estado.

Nesses termos, como já analisado, a tese de Vladimir Putin revela a crença de que o governo russo deveria controlar os recursos da Rússia para garantir sua capacidade estratégica, sua prosperidade econômica, e assim recuperar o seu status de grande potência internacional. Para Putin, esses objetivos não poderiam ser confiados aos tradicionais oligarcas russos nem a investidores estrangeiros. Assim, logo em seu primeiro mandato (2000-2004), Putin empenhou-se em centralizar e verticalizar as esferas de poder da Rússia. O foco do seu governo foi direcionado por uma tendência centrípeta, emancipando o Kremlin da influência de oligarcas poderosos que há tempos interferiam nas decisões políticas do governo (HASHIM, 2010). Este fato é percebido através dos esforços do governo em garantir que uma grande reestruturação no setor energético ocorresse durante seu governo. Assim, nesta seção, será verificada a primeira etapa da implementação da *energy weapon*, que requer que o Estado fornecedor tenha o controle substancial das fontes de recursos (STEGEN, 2011).

4.1 O RESGATE DO SETOR PETROLÍFERO

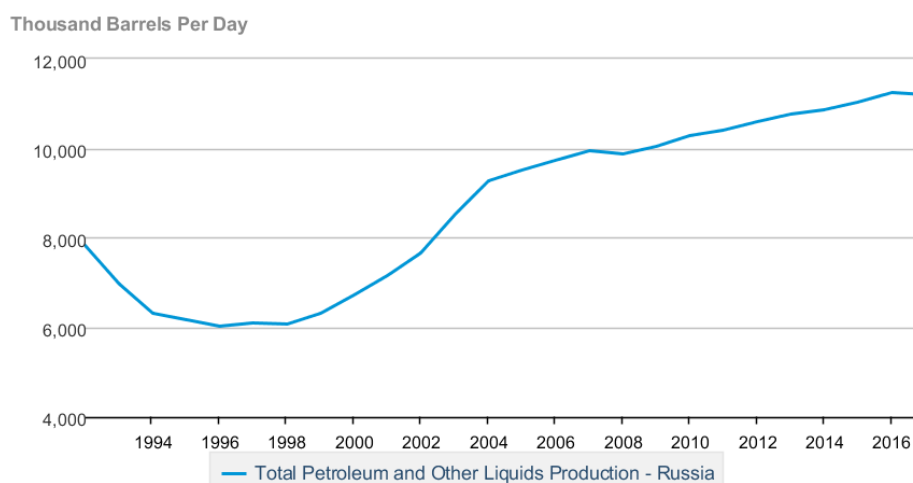
Durante a década de 1990, os setores de petróleo e carvão também foram alvos das privatizações e desregulamentações, de acordo com o conceito de reformas de mercado promovidas pelo governo Yeltsin. As empresas estatais foram desmanteladas e o importante patrimônio energético russo foi transferido para as mãos da iniciativa privada (FUSER, 2013). Assim, procurando preencher o vácuo existente, transacionais como a BP, a Exxon Mobil e a

Shell passaram a atuar fortemente no país. Um grande número de novas empresas surgiu: Lukoil, Yukos, Sibneft, Sidanko, Onako, a East Siberian Company, a Tatneft, a Rusneft, a Bashneft, a Surgutneftegaz e a TNK (GOLDMAN, 2008). Deste modo, ao final dos anos 90, a única empresa estatal, a Rosneft, representava, em média, apenas 15% da produção nacional de petróleo. O envolvimento político do governo russo no setor de petróleo era passivo e distante (GOLDMAN, 2008).

Ainda durante a década de 1990, os novos oligarcas energéticos da Rússia estruturaram suas operações de forma a reduzir significativamente as receitas fiscais do Estado, além de transferirem grandes quantidades de capital para o exterior, já que consideravam a produção de petróleo na Rússia pouco lucrativa (HILL, 2004). Afinal, a demanda por petróleo caíra mais de 40% entre 1990 e 1995, principalmente pelo enfraquecimento da indústria nacional. Além disso, as exportações de petróleo foram limitadas pela precária situação do antigo sistema de dutos soviéticos. Realidade que fez com que os únicos lucros reais do setor energético estivessem no processo de refinamento.

Entre os anos de 1988 e 1998, a produção de petróleo russa caiu aproximadamente 50%, passando de mais de 11 milhões para cerca de 6 milhões de barris por dia (BPD) (GOLDMAN, 2008). Grande parte dessa queda foi uma consequência da redução acentuada nos investimentos em perfuração de novos poços e em tecnologia para recuperação dos poços já esgotados (HILL, 2004).

Figura 7 - Produção de Petróleo e outros líquidos¹² na Rússia (1992-2016)



Fonte: (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION , 2018)

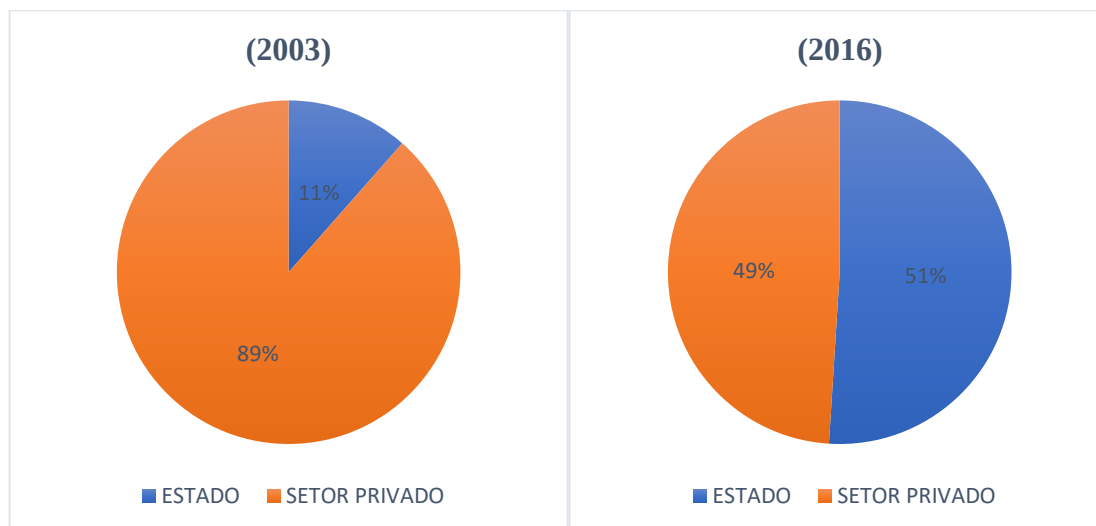
¹² Estão inclusos gasolina, diesel e propano.

Em 2003, o setor petrolífero era dominado principalmente por quatro empresas privadas: Lukoil, Yukos, TNK-BP e Surgutneftgaz. O Estado controlava as demais empresas (HASHIM, 2010). A reafirmação do controle do Estado russo sobre a indústria do petróleo só começou a ser percebida a partir do caso Yukos (2003-2004), que marcou o início de um processo de redistribuição de propriedades do setor petrolífero em favor do Estado (HASHIM, 2010). Na ocasião, uma Câmara de Auditoria da Rússia questionou seriamente a legalidade no processo das privatizações ocorridas nos anos 90. O relatório produzido foi o ponto de partida para uma grande reorganização do setor.

Nesse sentido, em 2004 a Yukos foi dissolvida após desacordos fiscais e seus ativos foram adquiridos pela empresa estatal de petróleo Rosneft. A principal produtora de petróleo da Rússia foi estranhamente arrematada em um leilão em que havia apenas um concorrente. No final deste mesmo ano, a participação do Estado russo em empresas privadas de energia já havia aumentado de 11.5% para 38.9% (ARON, 2007 *apud* HASHIM, 2010).

Em 2007, a Rosneft adquiriu a maioria dos outros ativos da Yukos na Rússia. Além disso, a Rosneft arrematou, em leilões não transparentes, a participação de cerca de 77% na Yuganskneftgaz. A Gazprom também se aventurou no setor petrolífero. Dois anos antes a empresa adquiriu a Sibneft. Dois anos depois, ela tornou-se acionista majoritária do grande projeto de petróleo Sakhalim II¹³, enquanto outros três acionistas (Shell, Mitsui e Mitsubishi Corp.), sob pressão significativa do Kremlin, reduziram sua participação no projeto em 50% em troca de indenizações (HASHIM, 2010). Em 2013, a estatal Rosneft adquiriu parte significativa dos ativos da TNK-BP. Mais recentemente, em 2016, a mesma Rosneft adquiriu ações da Bashneft (sexta maior companhia de petróleo da Rússia). Deste modo, as empresas petrolíferas controladas pelo Estado (principalmente a Rosneft, a Gazprom Neft e a Gazprom) passaram a representar cerca de metade de toda a produção de petróleo da Rússia (JOSEFSON e ROTAR, 2018).

¹³ Sakhalin-2 é um dos maiores projetos integrados de petróleo e gás do mundo, orientado para a exportação, bem como o primeiro projeto de gás offshore da Rússia. A Sakhalin Energy Investment Company Ltd., o operador do projeto, é propriedade da Gazprom, Shell, Mitsui e Mitsubishi. A infraestrutura do projeto inclui três plataformas offshore, uma instalação de processamento em terra, 300 quilômetros de dutos marítimos e 1.600 quilômetros de dutos terrestres, um terminal de exportação de petróleo e uma planta de gás natural liquefeito (GNL)

Gráfico 1 - Controle sobre o setor petrolífero russo

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados extraídos de (HASHIM, 2010; JOSEFSON e ROTAR, 2018)

Sendo assim, o Estado russo passou a ter controle majoritário sobre a exploração de petróleo do país. A maior parte desse petróleo é produzido a partir de dois campos na Sibéria Ocidental e de vários campos na antiga região dos Urais-Volga, incluindo a Bacia do Cáspio. A produção na região oeste da Sibéria é maior que 6,4 milhões de barris por dia; a produção na região dos Urais-Volga excede 2,3 milhões de barris por dia. Ambas as regiões estão no estágio maduro de produção e pode-se esperar que diminua um pouco no futuro próximo, embora seja provável que novas tecnologias renovem a produção em poços mais antigos (AALTO, 2012).

4.2 CONTROLANDO O GÁS NATURAL

No período pós-soviético o setor de gás da Rússia tem sido amplamente dominado pela gigante Gazprom. A empresa russa detém quase um monopólio sobre a produção e um monopólio total sobre as exportações de gás via gasodutos. A Gazprom surgiu do Ministério da Indústria do Gás durante a era Gorbachev. O Ministro da pasta, Viktor Chernomyrdin, tornou-se o primeiro CEO da Gazprom em 1990. Curiosamente, Chernomyrdin foi primeiro-ministro durante o mandato presidencial de Yeltsin, a partir de 1993, e realizou várias reformas econômicas. No entanto, ele procurou proteger a Gazprom da reestruturação com base na necessidade de preservar seu poder (GOLDMAN, 2008). Por conseguinte, manteve uma estrutura verticalmente integrada desde a produção até ao abastecimento. Porém, seu esforço não foi suficiente para evitar que quase 70% dos ativos da empresa caíssem nas mãos de oligarcas nos anos posteriores.

No entanto, para Vladimir Putin a Gazprom é uma entidade estatal que precisa ser controlada pelo Kremlin. A sua influência sobre a empresa foi bem sublinhada por Vladimir Milov, o Vice-Ministro da Energia em 2002. Na ocasião, Milov afirmou que Putin detinha o controle efetivo sobre a empresa e tomava todas as decisões-chave sobre a sua estratégia (OSTROVSKY, 2006 *apud* GRAAF, SOVACOOOL, *et al.*, 2016). Ao chegar ao poder, Putin parece ter reconhecido que a Gazprom seria uma ferramenta poderosa. Para tanto, bastava substituir os dirigentes da empresa por camaradas leais e confiáveis - amigos com os quais já tinha trabalhado em seus dias na KGB ou no gabinete do prefeito de São Petersburgo, quando Putin dirigiu o escritório de assuntos internacionais da prefeitura local. (GOLDMAN, 2008).

As mudanças, nesse sentido, começaram a ocorrer em junho de 2000. Na ocasião, Putin removeu Viktor Chernomyrdin¹⁴ do posto de presidente do conselho da Gazprom. Ele o substituiu por Dmitri Medvedev, que também assumiu o cargo de chefe da Administração do Kremlin (em 2007 Putin escolheria Medvedev novamente, desta vez como seu sucessor para presidente da Rússia.). Medvedev já havia trabalhado no gabinete do prefeito de São Petersburgo ao lado de Putin (BILGIN, 2011).

A partir de então, a Gazprom começou a adquirir uma importante dimensão política, tornando-se a maior empresa da Rússia. Hoje ela representa o maior complexo industrial do mundo: suas subsidiárias possuem os maiores campos de gás (incluindo Urengoy Gazprom, Yamburgaze Nadym) e preside o sistema de dutos mais longo do planeta (GHALEB, 2011). A participação da companhia nas reservas globais é de 17%, enquanto na Rússia, domina 72% dessas reservas. Assim, responde por 11% e 66% da produção global e nacional, respectivamente (GAZPROM, 2018). Também é a maior produtora e exportadora de gás natural liquefeito (GNL) da Rússia (GAZPROM, 2018).

No entanto, seria enganoso caracterizá-la como uma empresa puramente estatal. No final dos anos 90 o Estado russo tinha uma participação de 36% na empresa. Em 2005, a Gazprom foi alvo de intensas investidas do Estado. Este, adquiriu 51% das ações da estatal, o que passou a representar, de fato, o controle majoritário da companhia (HILL, 2004). As estreitas relações com a classe política também influenciaram as preferências legislativas da empresa. Em 2006, a Rússia legalizou o monopólio de exportação da Gazprom. Desde 2006, toda a exportação de gás natural e até de GNL está sujeita a um monopólio total da empresa ou de suas subsidiárias (MANESS e VALERIANO, 2015).

¹⁴ Viktor Stepanovich Chernomyrdin foi primeiro-ministro russo entre 1992 e 1998, o segundo homem mais influente dentro do círculo de Boris Yeltsin, além de fundador da companhia Gazprom.

No que concerne às exportações, cerca de 68% de todo o gás exportado pela Rússia é enviado para a Europa - com a Alemanha e a Turquia sendo os principais consumidores (GAZPROM, 2016). A Gazprom possui o Sistema Unificado de Abastecimento de Gás (*Unified Gas Supply System* - UGSS), que possui a exclusividade na exportação de gás natural canalizado. Quanto às exportações de GNL, em 2017 o volume agregado atingiu quase 24,5 milhões de metros cúbicos, 9,5% a mais que em 2016 (JOSEFSON e ROTAR, 2018).

Não obstante, ao contrário de países como os Estados Unidos, onde os proprietários normalmente possuem direitos minerários sobre a propriedade privada, o Estado russo é o único proprietário de todos esses direitos em toda a federação. Cada vez mais, ele atribui os direitos de desenvolver esses recursos para organizações nas quais ele é proprietário absoluto ou tem participação majoritária. Ele usa o poder tributário do Estado para incentivar o desenvolvimento de recursos, mas sempre por períodos limitados, após os quais o acordo não pode ser renovado. Desta forma, tem atraído grandes corporações globais de energia para abrir novos campos em regiões tão difíceis como o Oceano Ártico (TSYGANKOV, 2014)

Uma das vantagens - e desvantagens - dos recursos energéticos da Federação Russa é a ampla diversificação de suas fontes de energia. Os combustíveis são encontrados a partir do Mar Cáspio para o Oceano Ártico e do Mar Branco para o Oceano Pacífico. Uma vantagem estratégica é que eles estão localizados razoavelmente próximos de mercados importantes dependentes de energia e politicamente estáveis. Uma desvantagem é que sua ampla distribuição muitas vezes torna difícil obter os produtos finalizados onde e quando eles são necessários. Como resultado desses fatores opostos, a Rússia tornou-se extremamente proficiente na construção de dutos em condições geográficas que variam do gelo aos desertos (TSYGANKOV, 2014).

4.3 CONTROLANDO AS ROTAS DE TRANSPORTE

A segunda etapa da implementação da arma de energia requer que o Estado fornecedor tenha controle substancial sobre o processo de entrega de energia aos Estados clientes (STEGEN, 2011). Isto é, comandar as rotas de transporte por onde esses recursos fluem. O comércio de trânsito é um fator crítico na competição por vantagens econômicas relativas, especialmente quando rotas de trânsito alternativas são inviáveis por razões geográficas, técnicas ou contratuais (HIRSCHMAN *apud* ZIEGLER, 2010). Além disso, esse tipo de

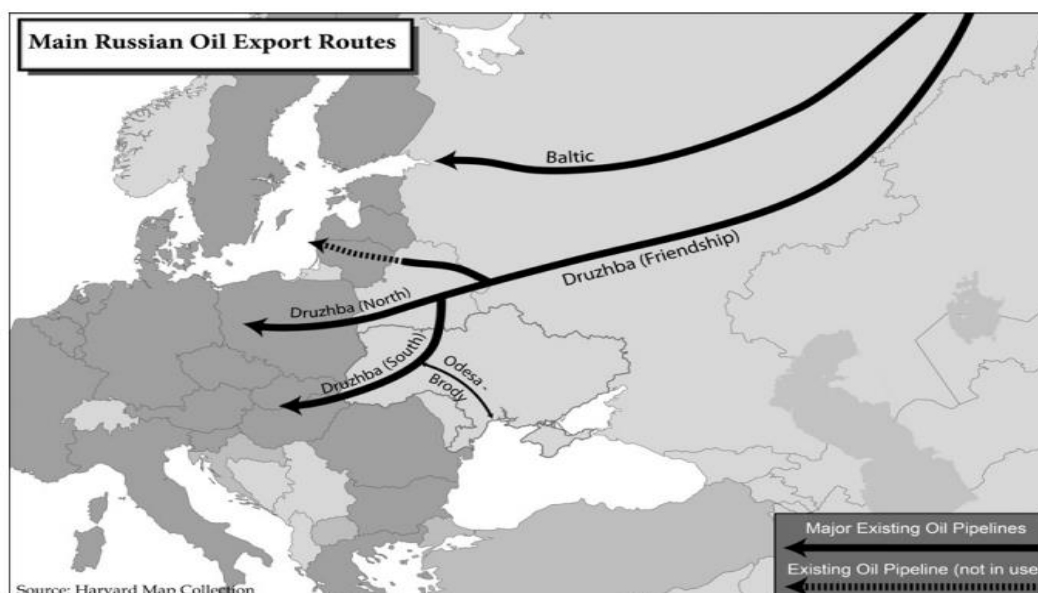
controle é fundamental para a utilização de interrupções no abastecimento de energia nos países alvos da arma energética.

Na Ásia Central, a Rússia mantém uma série de vantagens geopolíticas que fortalecem sua posição mesmo após a queda da URSS: laços estreitos com alguns líderes vizinhos, grande quantidade de russófonos nas áreas adjacentes e a infraestrutura física construída durante a era soviética, principalmente a estrutura de transporte de energia – gasodutos e oleodutos. No entanto, a desintegração da União Soviética acabou segmentando o transporte de recursos energéticos com muitas fronteiras políticas, fato que tornou a Rússia dependente de gasodutos estrangeiros para alcançar os mercados da Europa Central e Ocidental (ORTTUNG e PEROVIC, 2009). Os gasodutos e oleodutos russos tem como principal destino a Europa (Ver Figura 9). Os governos dos países de trânsito, através dos quais muitos desses oleodutos e gasodutos operam, têm posições políticas variadas sobre as pretensões de Moscou. Assim, a dependência russa em relação aos países trânsito e a conseguinte busca por autonomia do Kremlin, criou uma relação instável do país com muitos de seus vizinhos (FUSER, 2013).

Durante a primeira década do século XXI havia poucas alternativas aos dutos operados pela Rússia para o carregamento de petróleo e gás da Ásia Central para a Europa. Vale salientar que a criação de novos dutos de transporte requer altos investimentos em infraestrutura (JUNIOR, ALMEIDA, *et al.*, 2016). Embora existam outras alternativas¹⁵, o transporte que utiliza gasodutos e oleodutos é significativamente mais eficiente e menos oneroso a longo prazo. Os dutos são essenciais para o transporte de produtos de energia em grandes distâncias. No entanto, sofrem com a falta de flexibilidade em relação às suas rotas e destinos finais. Sua inflexibilidade em uma esfera política em constante mudança tem sido o ponto focal de uma série de conflitos entre a Rússia e a EU, uma vez que as receitas de petróleo e gás representam mais da metade das receitas do orçamento federal russo e mais de 70% do total das exportações do país (JONES e STEVEN, 2014). Portanto, qualquer risco para o monopólio russo de transporte de energia é visto pelo Kremlin como uma questão de interesse nacional.

¹⁵ No caso do gás, este pode ser convertido em GNL e transportado por caminhões ou navios, assim como o petróleo.

Figura 8 - Principais Rotas de Exportação de Petróleo



Fonte: Harvard Map Collections *apud* (BALMACEDA, 2013)

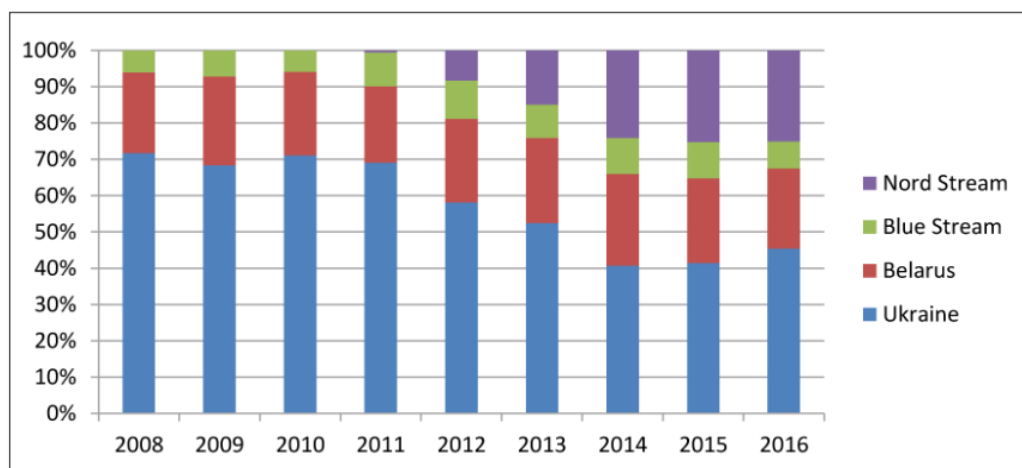
A dependência russa de países politicamente hostis é uma preocupação constante do governo Putin, e tem sido frequentemente abordada por grandes projetos de infraestrutura energética que visam contornar os países trânsito hostis aos interesses de Moscou. Os exemplos mais claros desses projetos de infraestrutura são o South Stream e o Nord Stream. Ambos servem como meios para a Rússia contornar a Ucrânia, Bielorrússia, Polônia ou a região do Báltico, e chegar mais diretamente à Europa Central e Ocidental. A lógica econômica por trás de muitos desses projetos é fraca, mas os altíssimos custos são contrastados com benefícios políticos inegáveis, principalmente na perspectiva de uma maior autonomia. O desenvolvimento dos projetos South Stream e Nord Stream foi em grande parte motivado por objetivos políticos.

Em 2006 e 2009 fricções políticas entre Rússia e Ucrânia resultaram na interrupção do fornecimento de gás russo aos ucranianos. Em consequência, uma parte significativa da Europa também teve seu fornecimento interrompido, haja vista que a Ucrânia é o principal corredor de transporte por dutos para a Europa (Ver Figura 9). Após essas experiências traumáticas, a União Europeia passou a procurar diversificar as importações de energia. Uma das alternativas foi apoiar a construção do gasoduto Nabucco.

Figura 9 - Projeto Nabucco

Fonte: (BANKWATCH NETWORK, 2010)

O Projeto Nabucco previa a construção de uma rede de dutos com uma extensão de 3.300 km. O custo da obra era estimado em 8 bilhões de Euros (BANKWATCH NETWORK, 2010). A função do Nabucco seria transportar gás natural da Ásia Central, do Mar Cáspio e do Oriente Médio até a Europa Ocidental. Como pode ser visto na Figura 10, o Nabucco foi projetado para passar pela Turquia, Bulgária, Romênia, Hungria e Áustria. A proposta tinha como objetivo diminuir a participação da Rússia no mercado energético da UE, diminuindo a sua vulnerabilidade em futuras disputas energéticas russas (LARSSON, 2006).

Figura 10 - Exportação de Gás Natural Russo por Rota (%)

Fonte: (FERNANDES e RODRIGUES, 2017)

O projeto Nabucco representou um grande desafio para os interesses da Rússia. Como já discutido, a Gazprom obtém a maior parte de sua receita de clientes europeus, e o sucesso nas exportações de energia desempenha um papel importante no crescimento da economia russa. Além disso, o Kremlin obtém uma porcentagem significativa de sua receita anual dos impostos que a Gazprom paga. Portanto, a possibilidade de redução da demanda europeia ameaça diretamente a estabilidade econômica e política da Rússia. É principalmente por essa razão que a Rússia propôs um concorrente para o projeto Nabucco: o projeto South Stream (MCNABB, 2016).

Sendo assim, para combater a concorrência das antigas repúblicas na região do Mar Cáspio, em 2007, a Rússia anunciou planos para construir seu próprio gasoduto através do chamado “corredor de gás do Sul”. O projeto South Stream foi elaborado para transportar 63 bilhões de metros cúbicos por ano. A rota sairia do Mar Negro e passaria por Bulgária, Sérvia, Hungria e Áustria, eliminando assim problemas de trânsito pela Ucrânia (MCNABB, 2016).

No entanto, a anexação russa da Criméia e as consequentes sanções econômicas do Ocidente contra o Kremlin, acabaram mudando o cronograma. Em uma conferência conjunta realizada em Ancara - em dezembro de 2014 - Vladimir Putin e o presidente turco Recep Erdoğan, anunciaram o cancelamento do projecto South Stream da Gazprom e a sua substituição pelo Projeto Turkstream. O novo projeto é muito similar ao anterior - segue uma rota semelhante à South Stream por cerca de dois terços da sua rota *off-shore*, mas agora como o destino final em Tharce (no oeste da Turquia) em vez da Bulgária (Ver Figura 12). Como compensação por se tornar um Estado trânsito, a Rússia aumentou o desconto no fornecimento de gás para a Turquia, de 6% para 15% (MCNABB, 2016). O projeto Turkstream, no momento da finalização desta pesquisa, ainda está em construção.

No final, a Rússia acabou vencendo a guerra dos dutos. O Nabucco nunca saiu do papel. Evidências indicam que o enfraquecimento do projeto Nabucco é devido às suas próprias contradições. Ou seja, tinha a ver com o fato de que era economicamente inviável e popular apenas por razões políticas (SKALAMERA, 2018). Assim, estima-se que a Rússia continuará sendo a principal detentora das fontes e rotas de abastecimento de gás natural para o continente europeu nos próximos anos (SKALAMERA, 2018).

Figura 11 - Projeto Turkstream

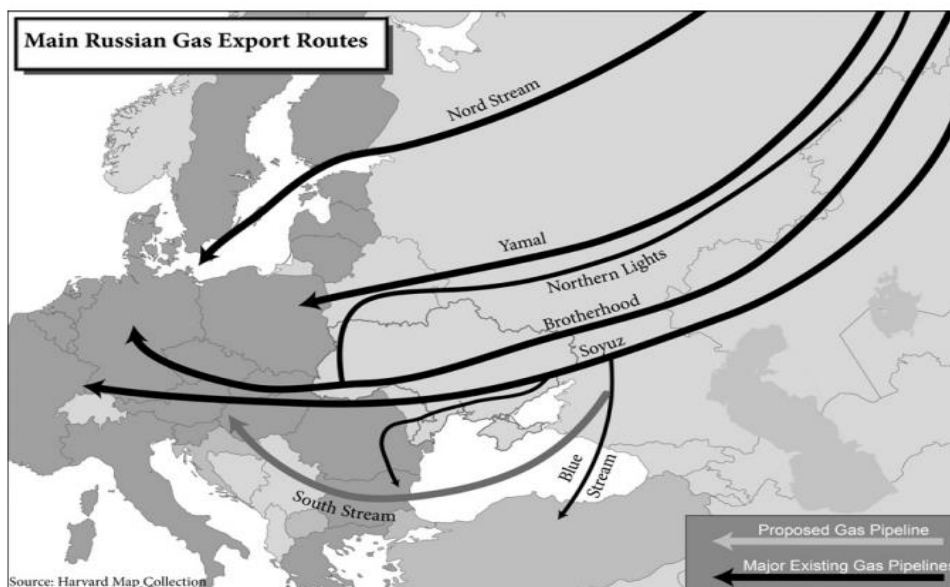


Fonte: (SOUTH STREAM, 2018)

Como parte de seu esforço para monopolizar dutos, a Rússia emprega uma variedade de ferramentas para bloquear a construção de dutos alternativos, como o Nabucco, que serviria o mesmo mercado que o South Stream (ORTTUNG e OVERLAND, 2011). Outra estratégia utilizada pelo Kremlin para assegurar o controle sobre as rotas de transporte de energia é através da aquisição de participação majoritária de ativos de energia, como instalações de trânsito nas antigas repúblicas soviéticas. Moscou utiliza a dependência energética destas para negociar *swaps*¹⁶ de ativos de dívida. A Moldávia é um excelente exemplo disso. Sofrendo dívidas de energia para com a Gazprom (em 1996 era de US \$ 332,6 milhões), em novembro de 1998 a Moldávia cedeu cerca 50% de sua rede de distribuição de gás à Gazprom como forma de pagamento (STEGEN, 2011).

¹⁶ Acordo para duas partes trocarem o risco de uma posição ativa (credora) ou passiva (devedora), em data futura, conforme critérios preestabelecidos.

Figura 12- Principais Rotas de Exportação de Gás Natural (Existentes e Propostas)



Fonte: Harvard Map Collections *apud* (BALMACEDA, 2013)

Nesses termos, a Rússia hoje tem considerável controle sobre as rotas de transporte de energia para seus Estados clientes. O país envia seus recursos energéticos por uma rede de gasodutos e oleodutos que são os maiores do planeta (Ver Figura 13). O **gasoduto Yamal** cruza o território de quatro países: Rússia, Belarus, Polônia e Alemanha. Este corredor de exportação aumentou a flexibilidade e a confiabilidade do fornecimento de gás para a Europa Ocidental. A UE classificou a rede como um projeto de investimento prioritário. Sua construção começou em 1994. Somente 12 anos depois o gasoduto atingiu sua capacidade projetada de transportar 32,9 (bcm) por ano. O gasoduto possui 14 estações de compressão, tubos de 1.420mm de diâmetro e um comprimento total que excede os 2.000 km, sendo 402 km dentro do território russo, 575 km em Belarus (com administração da Gazprom) e 683km na Polônia, tendo a Alemanha como destino final (GAZPROM, 2016).

A Ucrânia tem um vasto sistema de transporte de gás que atravessa seu território (**Brotherhood/ Ukrainian Corridor**). São aproximadamente 40.000 quilômetros de dutos. Oito gasodutos diferentes conectam a Rússia à Europa através do território ucraniano e podem transportar um fluxo combinado de 142 BCM de gás (GAZPROM, 2016). Assim, a rede tem capacidade de suprir grande parte da Europa: Áustria, Bósnia, Bulgária, República Tcheca, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Itália, Macedônia, Polônia, Romênia, Sérvia, Eslováquia, Eslovênia, Suíça e Turquia. Em 2014, até 51% das exportações de gás da Gazprom para a Europa passaram pela Ucrânia. A Europa recebeu quase 85 BCM em 2013 por meio de dutos

ucranianos. Independente da origem o gás importando pela Europa, cerca de 13% do total passaram pela Ucrânia em 2014. Após as tensões entre Kiev e Moscou sobre o conflito no leste da Ucrânia, em 2015, as autoridades russas expressaram o desejo de parar de transportar gás através da Ucrânia até 2019, quando termina o contrato entre a Gazprom e Naftogaz (GRIGAS, 2012).

O **Blue Stream** foi projetado para fornecer gás natural diretamente à Turquia, no mar negro. Ele completa o corredor de transporte de gás da Rússia, passando pela Ucrânia, Moldávia, Romênia e Bulgária. O comprimento total do gasoduto é de 1.213 km, e sua capacidade de transporte é de 16 (bmc) de gás por ano. O maior parceiro da Gazprom na construção do Blue Stream foi a empresa italiana ENI. Em 2016, o volume de gás transportado por esse duto foi de 12,99 (bmc) (GAZPROM, 2016).

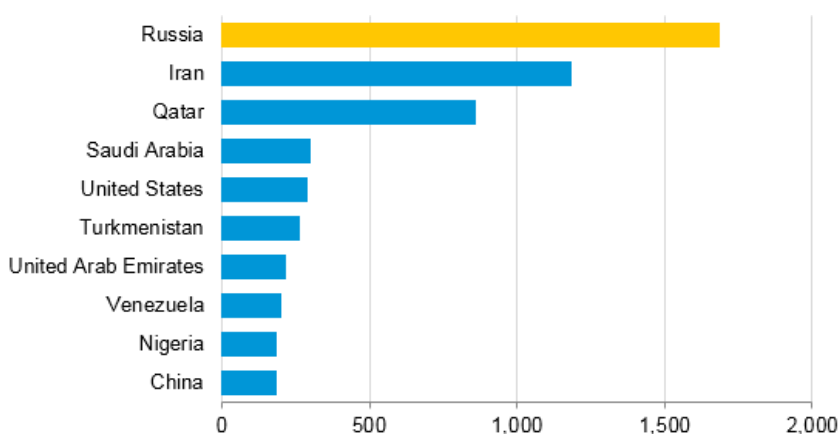
O gasoduto **Nord Stream** conecta a Rússia diretamente com a Alemanha – o principal cliente europeu da Rússia. A principal função do Nord Stream foi minimizar os riscos de trânsito. Afinal, ele contorna os países trânsito, e impede que fricções políticas com esses países acabem por comprometer o fornecimento de gás a países europeus. O gasoduto atravessa o mar báltico desde a Baía de Portovaya, na Rússia até a costa alemã de Greifswald. O comprimento total do Nord Stream é de 1,224 km. Os acionistas do Nord Stream são a Gazprom (51%), a alemã E.ON (15.5%), Gasunie - dos Países Baixos (9%) e a francesa Engie (9%).

O **South Stream** tinha por objetivo aumentar os volumes de exportação para o sul da Europa e garantir segurança de suprimentos, evitando países trânsitos hostis à Moscou. Este o objetivo deveria ser alcançado pelo South Stream, que teria 931km de comprimento, percorrendo os territórios da Bulgária, Sérvia, Hungria, Eslovênia e Áustria. Ele teria capacidade de transportar 63 (bcm) de gás por ano. No entanto, como já discutido na sessão anterior, em 1 de dezembro de 2014 Vladimir Putin anunciou que a Rússia não poderia continuar a implementação do projeto. O cancelamento se deu pelo fato que a Bulgária não conseguiu fornecer uma licença de construção para a seção offshore do gasoduto. Todavia, em 2 de dezembro de 2016, um projeto alternativo foi lançado: o TurkStream. O novo projeto pretende ligar a Rússia à Turquia através do Mar Negro. Neste momento, a construção do TurkStream está em andamento.

4.4 RÚSSIA, UMA POTÊNCIA ENERGÉTICA?

Como um gigante produtor de energia e um importante corredor de trânsito, a Rússia é um importante ator no campo da segurança energética global. A localização geográfica do país disponibiliza recursos para mercados importantes e sedentos por energia - como Europa, China e Ásia Oriental. De acordo com os dados da *Statistical Review of World Energy* (2017), a Federação Russa possui a sexta maior reserva comprovada de petróleo do mundo. Fica atrás apenas de Venezuela, Arábia Saudita, Canadá, Irã e Iraque. No entanto, em termos de produção, o país ficou em terceiro lugar em 2016, atrás apenas de EUA e Arábia Saudita. Já em termos de gás natural, a Rússia fica em segundo lugar no tamanho de reservas comprovadas, o que equivale a 17.3% das reservas globais. O país só fica atrás do Irã – que possui 18% das reservas. Se levado em conta apenas as reservas de gás convencional, a Rússia assume o topo do ranking. Em termos de produção, a Rússia foi o segundo maior produtor em 2016, totalizando 16.2% da produção mundial, contra 21.5% dos EUA¹⁷ (BP GLOBAL, 2017).

Figura 13 - Maiores Reservas Comprovadas de Gás Natural (Trilhões De Pés Cúbicos)



Fonte: (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2017)

As receitas do petróleo e do gás natural representaram 36% das receitas orçamentárias federais da Rússia em 2016. (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2017). Nesses termos a economia da Rússia pode ser considerada altamente dependente de seus hidrocarbonetos. Consequentemente, o país se torna vulnerável a choques de preços no setor de

¹⁷ A produção norte americana, nos últimos anos, teve sua produção impulsionada pela extração de gás natural não-convencional, o *shale gas*.

energia. Um estudo do FMI de 2005 estimou que um aumento de US \$ 1 por barril nos preços de petróleo do Reino Unido, adiciona US \$ 3 bilhões no PIB nominal da Rússia ou 0,35% do PIB (PIROG, 2007). O próprio presidente Putin reconhece abertamente a vulnerabilidade que a dependência das exportações de hidrocarbonetos representa:

Sem dúvida, há dificuldades, que consistem, acima de tudo, do fato de que precisamos de preços mais altos do petróleo. É muito difícil estimular os atores econômicos a investir em novos setores que são menos lucrativos do que o setor de óleo e gás. É do que a estrutura de nossa economia dependeu. Nossos esforços tiveram o objetivo de mudar a estrutura mediante meios administrativos e financeiros. Estamos colhendo alguns frutos, mas não o suficiente para mudar a estrutura em si. Neste momento, os preços do petróleo e do gás caíram de mais de 100 dólares para menos de 30. Ou seja, mais de três vezes. Por um lado, é difícil conseguir a receita do Orçamento. Mas, por outro, cria estímulos para desenvolver a manufatura e a agricultura. É o que estamos fazendo. Em termos de preços, o preço menor do petróleo prejudica o poder aquisitivo da população (Putin *apud* STONE, 2017, p. 97).

Não é fácil exagerar a importância das exportações de recursos naturais para o funcionamento da economia russa. As estimativas que buscam estimar a importância das receitas de recursos energéticos para o crescimento do PIB tendem a se concentrar apenas no petróleo e gás, e medem a participação direta de valor agregado dos setores de petróleo e gás no PIB agregado. Essas estimativas sugerem que os setores de petróleo e gás são responsáveis por algo entre 10 e 25% do PIB (KUHRT e FEKLYUNINA, 2017). Como resultado, a dependência insalubre da Rússia sobre as receitas de exportação de recursos naturais deixa o país vulnerável a ações além de seu controle imediato.

No entanto em 2004, o governo russo criou um fundo de estabilização para acumular receitas petrolíferas inesperadas. Em janeiro de 2007, o fundo de US \$ 157 bilhões foi dividido pela metade para formar o Fundo de Reserva e o Fundo Nacional de Bem-Estar. Em julho de 2009, os valores do Fundo de Reserva e do Fundo Nacional de Bem-Estar eram de US \$ 89,9 bilhões e US \$ 91,5 bilhões, respectivamente. Mediante o reconhecimento da dependência da exportação de energia, a criação dos fundos tinha por objetivo trazer maior estabilidade econômica em períodos de declínio nos preços mundiais de energia (SEGRILLO, 2015).

No que concerne às relações energéticas da Rússia com o seu maior cliente, a Europa, constata-se um quadro agudo de interdependência (ORTTUNG e PEROVIC, 2009). Por um lado, a Europa depende da Rússia como fonte de abastecimento de petróleo e gás natural. Mais de um terço das importações de petróleo bruto para países europeus na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2016, veio da Rússia. Mais de 70% das importações de gás natural para esses países também vieram da Rússia em 2016 (GLOBAL TRADE TRACKER, 2017). Por outro lado, a Rússia depende da Europa como mercado do seu

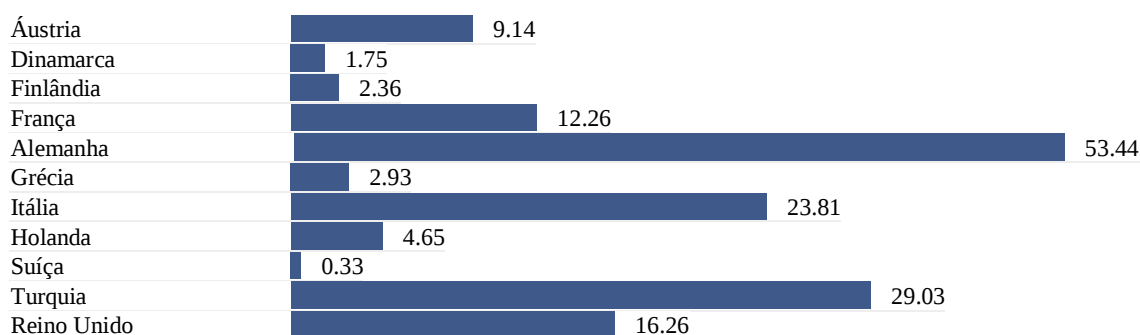
petróleo e gás natural e das receitas geradas pelas exportações. Em 2016, quase 60% das exportações de petróleo bruto da Rússia e mais de 75% das exportações de gás natural foram para a OCDE na Europa (GLOBAL TRADE TRACKER, 2017).

Figura 14 - Dependência dos Países Europeus em Relação ao Gás Natural Russo



Fonte: (BP GLOBAL, 2017)

Figura 15 - Gás Natural Russo Importado por País (2017) (BMC)



Fontes: (GAZPROM, 2018)

A importância dos recursos energéticos na construção orçamentária da Rússia pode ser percebida na Figura 16, quando são contrastados com outros produtos que compõem do portfólio de exportação da Federação Russa.

Figura 16 - Exportações da Rússia por Produto

Show entries Search:

Rank ↕	Russian Export Product	2017 Value (US\$) ↕
1	Crude oil	\$93.3 billion
2	Processed petroleum oils	\$58.2 billion
3	Coal, solid fuels made from coal	\$13.5 billion
4	Iron/non-alloy steel products (semi-finished)	\$6 billion
5	Wheat	\$5.8 billion
6	Aluminum (unwrought)	\$5.5 billion
7	Petroleum gases	\$4.72 billion
8	Diamonds (unmounted/unset)	\$4.7 billion
9	Sawn wood	\$4 billion
10	Refined copper, unwrought alloys	\$3.6 billion

Showing 1 to 10 of 200 entries

Fonte: (WORKMAN, 2018)

Com a chegada de Vladimir Putin ao poder, o governo russo investiu grandes esforços no sentido de recuperar o comando do setor energético. Em uma conjuntura de ameaça e de preços crescentes, o setor energético ganhou extrema relevância na agenda política do Kremlin. A estratégia energética da Rússia incluiu vários elementos importantes. Entre eles o aumento da participação do Estado em empresas de energia, com Gazprom e Rosneft na linha de frente; construção de oleodutos e gasodutos em todas as direções geográficas; negociação de contratos de longo prazo com consumidores de energia e obtenção de acesso a seus mercados e redes de distribuição. Desta forma, o governo russo conseguiu tanto o controle sobre os recursos quanto o controle sobre as rotas de transporte energético domésticas e internacionais. Portanto, o segundo estágio do modelo de “*Energy Weapon*” é satisfatoriamente evidenciado.

5 UTILIZANDO A ARMA ENERGÉTICA

Para implementar a arma energética, o fornecedor de energia não deve apenas controlar os recursos energéticos e o processo de entrega, mas também deve ter a disposição de converter seu poder em ganhos políticos. Estas são as duas últimas etapas do modelo *energy weapon*, a saber, a implementação das ameaças, aumento de preços e interrupções e a resposta dos Estados alvo à ação do Estado exportador (STEGEN, 2011).

O uso da coerção energética pelo Kremlin não é algo recente. Antes mesmo da URSS dissolver-se em dezembro de 1991, o país já havia interrompido o fornecimento de petróleo aos Estados bálticos em 1990. A intenção de Moscou era esmagar os movimentos de independência da região; algo que não foi conseguido. A partir do século XXI, o uso da arma energética pelo Kremlin voltou com ainda mais vigor. Os preços altos da energia, o consequente aumento das receitas com exportação e o desejo de retomar a influência sobre os ex-satélites soviéticos, incentivaram os líderes russos à utilização da diplomacia coercitiva (MANESS e VALERIANO, 2015).

Soma-se a esse contexto o fato de a ex-URSS ter interligado, deliberadamente, suas próprias repúblicas e seus Estados satélites a uma rede de dependência de petróleo e gás. Vários dutos de abastecimento nesses países foram construídos para operar com recursos energéticos russos. O petróleo, pode até certo ponto ser transportado por navios de outros países (embora as instalações portuárias possam ser inadequadas ou, como em Belarus, inexistentes). O gás, no entanto, geralmente só pode ser enviado por tubulação ou convertido em GNL – que é uma opção mais cara, porém mais flexível.

Não obstante, a Gazprom manteve uma participação considerável nas empresas de gás natural de alguns Estados no espaço pós-soviético. A título de exemplo, a empresa russa era detentora de 37% da Eesti Gaas da Estônia (mais 10% pertenceu a outra companhia de gás russa, a ITERA). Na Letônia, a participação era de 34% na Latvian Gaze (16% também detida pelo ITERA). Também detinha 37% do Lietuvos Dujos, da Lituânia, até 2014. Estes níveis de propriedade conferiram à Gazprom uma considerável influência nas políticas e estratégias utilizadas por estas empresas (GRIGAS, 2012). Depois de 2014, no entanto, a Gazprom começou a vender suas ações devido a novos requisitos regulamentares europeus. Por essas razões a posição monopolística confere à Rússia um grande poder de mercado sobre seus clientes, principalmente na questão do gás (BALMACEDA, 2013).

O contexto acima analisado possibilitou a Moscou construir uma ampla caixa de ferramentas para alcançar seus objetivos políticos na principal zona de influência da Rússia – o espaço pós-soviético. Abaixo uma síntese das principais ferramentas energéticas utilizadas pelo Kremlin a partir do início deste século, como verificado por (ORTTUNG e OVERLAND, 2011)

5.1 SUBSÍDIOS, AUMENTOS, INTERRUPÇÕES E ROTAS ALTERNATIVAS

Uma ferramenta de muita eficácia são os subsídios aos preços dos recursos energéticos. Nesse sentido, a Federação russa oferece aos países aliados gás natural em níveis abaixo do preço corrente na Europa Ocidental (que serve como padrão nas negociações), enquanto países hostis aos interesses de Moscou pagam mais caro pela energia. Ao longo da década de 1990 e nos primeiros anos deste século, a Rússia normalmente fornecia subsídios aos países da antiga União Soviética. No entanto, entre 2004-2005, Moscou decidiu acabar com esta prática e começou a mover os preços para a maioria dos seus clientes até o nível europeu. O objetivo oficial era ter um preço padrão para todos os clientes até 2011 (ORTTUNG e OVERLAND, 2011). A Tabela 4 demonstra a variação dos preços de gás durante o período em questão.

Tabela 5 - Preços do Gás Natural Cobrados pela Gazprom (\$ / TCM)

	2005	2006	2007	2008
ARMÊNIA	US \$ 56	US \$ 110	US \$ 110	US \$ 110
BELARUS	US \$ 46	US \$ 46	US \$ 110	US \$ 125
GEÓRGIA	US \$ 63	US \$ 110	US \$ 235	US \$ 235
MOLDÁVIA	US \$ 80	US \$ 110	US \$ 170	US \$ 190
UCRÂNIA	US \$ 50	US \$ 95	US \$ 130	US \$ 160

Fonte: (NEWNHAM, 2011)

Em outros casos, a Rússia reduziu substancialmente ou desligou completamente o fornecimento de petróleo ou gás para Estados clientes. No caso da Geórgia, a interrupção do abastecimento se deu por causa de explosões nos dutos que transportam gás da Rússia para lá. Embora não haja evidências conclusivas quem comprovem que a Rússia foi responsável por esse evento, há evidências circunstanciais que apontam para o uso dessa medida extrema como uma ferramenta da política energética externa (GHALEB, 2011). No caso da Geórgia, o

oleoduto que conecta a Rússia à Geórgia através da Ossétia do Sul explodiu misteriosamente em um momento em que a Rússia estava tentando exercer uma pressão política intensa sobre seu vizinho do sul.

Como analisado no capítulo anterior, a Rússia buscou maior autonomia quanto às exportações de energia para a Europa, seu maior cliente. Quando países trânsito assumiam uma postura hostil aos interesses políticos e comerciais de Moscou, a Rússia recorreu a prática de construir novos dutos para contornar o território do parceiro recalcitrante. A título de exemplo, as construções dos dutos Nord Stream e TurkStream tem por objetivo dar alavancagem política e comercial a Moscou sobre a Ucrânia e Bielorrússia (ORTTUNG e OVERLAND, 2011).

5.2 ANÁLISE DOS CASOS

Nesta sessão serão analisados cinco casos nos quais alguma ferramenta da arma energética russa foi utilizada como instrumento de política externa. Os casos foram selecionados pelo grau de relevância, repercussão e notoriedade na imprensa internacional. Todos eles ocorreram entre 2004 e 2014, dentro dos mandatos dos presidentes Vladimir Putin (2000-2008, 2012-2018) e Dimitri Medvedev (2008-2012) e envolvem os seguintes países: Estônia, Lituânia, Geórgia, Belarus e Ucrânia. Além disso, os casos se limitaram a países localizados no espaço pós-soviético, como área estratégica para os interesses de política externa do Kremlin. Os eventos serão observados sob a ótica do modelo proposto por (STEGEN, 2011).

Deste modo, procuraremos identificar as seguintes condicionantes: 1- Se o país exportador controla as fontes de recursos energéticos; 2- Se o país exportador controla as rotas de exportação; 3- se o país exportador realiza aumentos de preços e / ou interrupções no fornecimento; 4- Se o país importador concede às demandas do país exportador e 5- se o país importador diversifica fontes de fornecimento de energia após tentativas iniciais de coerção. Assim, será possível identificar até que ponto a utilização da arma energética cumpriu o objetivo de moldar as preferências políticas do Estado alvo, mantendo ou não os referidos Estados dentro da esfera de influência de Moscou.

5.2.1 Belarus (2004,2006-07)

A República de Belarus¹⁸, considerada uma das aliadas mais próxima de Moscou, não ficou imune à política energética do Kremlin. Os eventos ocorreram em 2004, 2006 e 2007. Desde de 1991, como recompensa por sua lealdade a Moscou, Belarus desfrutou de preços generosos de gás natural subsidiados, muito próximos ao preço pago pelos cidadãos russos. No entanto, em 2004, uma desavença sobre acordo firmado em 2002 tencionou a relação entre os dois países. O acordo de 2002 estabelecia que Belarus receberia gás natural da Rússia com preços subsidiados enquanto a Gazprom tivesse 50% de controle sobre a Beltransgaz, empresa responsável pelos dutos de gás natural em território bielorrusso (GOLDMAN, 2008). O objetivo da Gazprom era ter maior controle sobre os dutos e assim fornecer energia de forma mais confiável a Kaliningrado e seus clientes da Europa Ocidental.

O Presidente de Belarus, Lukashenko, discordou do preço que a Gazprom pagaria por sua participação na Beltransgaz. Enquanto a Gazprom queria US\$ 1 bilhão, Lukashenko reivindicava o pagamento de US \$ 2,5 bilhões (GOLDMAN, 2008). Por esta diferença de opinião, a Gazprom imediatamente elevou os preços do gás. No entanto, nenhum lado se moveu. Assim, em 1 de janeiro de 2004, a Gazprom cortou todas as entregas à Belarus, o que também afetou o abastecimento de clientes europeus. A Gazprom enfrentou repercussão internacional e rapidamente restabeleceu o fornecimento de gás através de Belarus. Embora a Gazprom tenha conseguido aumentar ligeiramente os preços, não alcançou o desejado controle de 50% sobre os dutos de Belarus. Não tendo esquecido este incidente, a Rússia reagiu com outra disputa de gás no inverno de 2006-07.

Em março de 2006, a Gazprom anunciou que Belarus começaria a pagar mais caro pelo gás natural em 2007. Belarus então anunciou que aumentaria as taxas de trânsito tanto de gás natural quanto de petróleo bruto se esses preços aumentassem. A Gazprom rebateu oferecendo US \$ 2,5 bilhões originais por sua participação de 50% na Beltransgaz, contudo Belarus teria que pagar um preço mais alto pelo gás natural, embora bem abaixo do preço europeu. No final, ambos os lados conseguiram o que queriam. A Gazprom obteve o controle dos gasodutos de Belarus e Belarus continuou recebendo preços subsidiados por sua lealdade política ao Kremlin.

¹⁸ República de Belarus, também conhecida como Bielorrússia.

Todavia, a dependência da economia bielorrussa do fornecimento de petróleo e gás da Rússia continua forte. A Rússia ainda fornece 100% das importações de gás natural e mais mais de 90% do consumo bielorrusso de petróleo (INTERNATIONAL ENERGY AGENCY, 2016).

Condições	Resultados
Rússia controla as fontes de recursos energéticos	SIM
Rússia controla as rotas de exportação	SIM
Rússia realiza aumentos de preços e / ou interrupções no fornecimento	SIM
Belarus aceita / concede às demandas da Rússia	?
Belarus diversifica fontes de fornecimento de energia após tentativas iniciais de coerção	NÃO

Resultado: Neste caso o uso da arma energética pelo governo russo foi parcialmente bem-sucedida. Moscou conseguiu o objetivo de adquirir 50% da participação da empresa Beltransgaz, no entanto, pagando os valores pretendidos por Belarus. Assim, Belarus conseguiu evitar pagar preços mais altos pelo gás, e conseguiu vender parte de sua empresa de energia pelo preço pretendido. Não obstante, apesar de fomentar certo distanciamento político entre os dois países, a arma energética russa teve resultados satisfatórios no que concerne à manutenção do monopólio sobre o fornecimento de energia para Belarus.

5.2.2 Geórgia (2005-06)

A política externa da Geórgia começou a trilhar um caminho pró-Occidente após a Revolução Rosa de novembro de 2003. Na ocasião, dezenas de milhares de manifestantes foram às ruas para protestar contra os resultados de uma eleição parlamentar. Os manifestantes exigiram a renúncia de Eduard Shevardnadze - aliado do Kremlin, que governou a Geórgia por mais de 30 anos: sendo chefe do Partido Comunista da era soviética e sendo o primeiro presidente no período pós-independência (BBC NEWS, 2005). Em 2004, Mikheil Saakashvili (2004-2013) assumiu a presidência. As relações entre a Geórgia e a Rússia ficaram tensas desde então. O novo presidente foi eleito mediante a promessa de estreitar os laços da Geórgia com o Occidente.

Em 2005, após quase dois anos de reformas e laços mais estreitos da Geórgia com o Occidente, a Rússia começou a reagir. O primeiro movimento da Gazprom foi anunciar o aumento dos preços de gás natural importados pela Geórgia (NEWNHAM, 2011). Em janeiro

de 2006, o presidente georgiano acusou Moscou de atos graves de "sabotagem" depois que explosões em gasodutos russos interromperam o abastecimento na Geórgia e Armênia. Mikhail Saakashvili disse à BBC que os ataques simultâneos perto da fronteira da Geórgia foram ações planejadas e orquestradas pela Rússia (BBC NEWS, 2006). Uma linha de transmissão de eletricidade também foi destruída quando a Geórgia sofria com um inverno causticante. Na época, o Ministério das Relações Exteriores da Rússia ironizou as observações de Saakashvili chamando de o ato de "histeria" (BBC NEWS, 2006).

Em novembro de 2006, a arma energética russa foi ainda mais longe. A Gazprom declarou que se a Geórgia não concordasse em aumentar em 100% o preço do gás ou não vendesse seu principal gasoduto para a Gazprom, haveria o corte no fornecimento de gás até o final daquele ano. No entanto, a Geórgia possui uma importante vantagem geográfica contra a Rússia. Ela compartilha uma fronteira com o Azerbaijão, outro país rico em recursos energéticos. Isso permitiu ao país resistir diante da arma energética russa, haja vista a existência de alternativas viáveis para seu abastecimento de gás natural. A substituição de fornecimento foi de energia foi considerável. Em 2004 a Geórgia importava da Rússia 100% de todo o gás consumido (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2006). Em 2016, no entanto, 93,4% do gás natural usado pela Geórgia estava sendo importado do Azerbaijão (TABULA, 2017). Uma substituição quase que total.

As tensões de 2006 colaboraram para o crescimento do acirramento político entre Geórgia e Rússia, fato que resultou em um grande conflito¹⁹ militar em 2008. Desde então, a Geórgia manteve laços estreitos com os Estados Unidos e distanciamento político de Moscou. Além disso, a Geórgia desfruta de uma relação muito próxima com a União Europeia. O Acordo *EU-Georgia Association Agreement* entrou em vigor em julho de 2016 e visa a associação política e a integração econômica entre a UE e a Geórgia (EEAS, 2016). A UE e a Geórgia também entraram em uma zona de livre comércio (ZLC), enquanto os cidadãos da Geórgia passaram a viajar sem necessidade de visto para o Espaço Schengen²⁰, desde de 2017. A UE é

¹⁹ Em agosto de 2008, o conflito armado entre a Rússia e a Geórgia estourou no território das regiões separatistas da Ossétia do Sul e da Abkházia, na Geórgia. A campanha militar planejada pela Rússia durou 5 dias até que as partes chegassem a um acordo preliminar de cessar-fogo em 12 de agosto. A União Europeia (UE), liderada pela presidência francesa, mediava o cessar-fogo. Depois de assinar o acordo, a Rússia retirou a maioria de suas tropas de territórios georgianos incontestados, mas estabeleceu zonas de proteção em torno da Abkhazia e da Ossétia do Sul. Em 26 de agosto de 2008, a Rússia reconheceu a independência da Ossétia do Sul e da Abkházia, tornando-os parte do que o presidente Dmitry Medvedev chamou de “zona de interesses privilegiados” de Moscou

²⁰ Criado no Acordo de Schengen em 1985, o Espaço Schengen é um conjunto de 29 países que compartilham fronteiras abertas.

o maior parceiro comercial da Geórgia e fornece mais de 100 milhões de euros para a Geórgia anualmente em assistência técnica e financeira (EEAS, 2016).

Condições	Resultados
Rússia controla as fontes de recursos energéticos	SIM
Rússia controla as rotas de exportação	SIM
Rússia realiza aumentos de preços e / ou interrupções no fornecimento	SIM
Geórgia aceita / concede às demandas da Rússia	NÃO
Geórgia diversifica fontes de fornecimento de energia após tentativas iniciais de coerção	SIM

Resultado: A arma energética russa não foi suficiente para impedir que a Geórgia se inclinasse politicamente para a esfera de influência do Ocidente. Pelo contrário. Os cortes e ameaças sobre o fornecimento de energia do país instigaram uma procura imediata pela diversificação das fontes de importação e a conseguinte busca por autonomia política em relação a Moscou. Estados Unidos e União Europeia acabaram preenchendo o vácuo estratégico deixado nesse processo litigioso. Apesar de sair vitoriosa na guerra de 2008 contra a Geórgia, a despeito da utilização da arma energética nos anos anteriores, a Rússia não conseguiu os objetivos pretendidos. A Geórgia saiu de sua esfera de influência e diversificou suas fontes de fornecimento de energia. Tornando o país menos susceptível às empreitadas de Moscou.

5.2.3 Lituânia (2011)

As relações entre Rússia e Lituânia são, em grande parte, influenciadas por questões energéticas. Por um lado, Moscou tem usado sua capacidade de maior fornecedor de energia para influenciar nas decisões políticas de Vilnius²¹. Por outro lado, a Lituânia procura resistir às pressões de Moscou utilizando-se de sua influente posição como país trânsito (STEGEN, 2011). Durante o período soviético, a Lituânia beneficiou-se com energia abundante e barata. Era recompensada por manter laços estreitos e alinhados com Kremlin. Todavia, desde 2000, a Rússia aumentou acentuadamente o preço da energia como punição pela adesão da Lituânia à OTAN e à EU, fato que fomentou um profundo mal-estar entre os dois governos (MIŠÍK e PRACHÁROVÁ, 2016). A título de exemplo, em 2006 a Rússia fechou o único oleoduto para

²¹ Capital da Lituânia.

a refinaria Mazeikiiai, na Lituânia, em uma tentativa de depreciar artificialmente o preço das instalações lituanas que estavam à venda. Em 2011, quando a Lituânia começou a tentar separar seus gasodutos internos da cadeia de fornecimento da Rússia, a Gazprom retaliou ao cobrar do país 15% a mais do que pagavam a Letônia e a Estônia pelo gás russo. Moscou chegou a processar a Lituânia no Tribunal de arbitragem do comércio internacional das Nações Unidas, mediante a resistência lituana em aceitar os novos acordos e pagar os valores devidos (CZERWIEC, 2014).

Desde então, os laços da diplomacia energética permaneceram tensos. Em 2013, A Lituânia já pagava o mais alto preço pelo gás russo entre os 28 países membros da União Europeia, o que, por sua vez, prejudicou sua capacidade de produção e impediu seu desenvolvimento econômico (CZERWIEC, 2014). Era difícil reagir à influência russa. Afinal, a Gazprom era o único fornecedor de gás para a Lituânia. Além disso, o gás era transportado através do um único gasoduto: Minsk – Vilnius– Kaliningrado, controlado pela Gazprom. O sistema de gasodutos da Lituânia não estava integrado na rede europeia nem em outras zonas de extração alternativas. Portanto, não havia possibilidade de abastecer o país por meio de fontes alternativas (JANELIŪNAS e MOLIS, 2005).

No entanto, em 2014, a Lituânia conseguiu o improvável: “Somos agora um Estado com segurança energética. Ninguém mais, a partir de agora, poderá nos ditar o preço do gás, comprar nossa vontade política ou subornar os nossos políticos”, afirmou o então presidente, Dalia Grybauskaitė (KANTER, 2014). A declaração foi feita após a chegada de uma usina flutuante capaz de converter gás natural liquefeito (GNL). Assim, o país pôde diversificar fontes de importação de gás, possibilitando a importação também de GNL. Deste modo, o país conseguiu diversificação e flexibilidade ao seu fornecimento de energia. No mesmo ano, as autoridades lituanas já se orgulhavam de ter conseguido dobrar os joelhos da Gazprom. Em 20 de maio de 2014, a estatal cortou os preços de gás para a Lituânia em cerca de 20% (KANTER, 2014). Nesses termos, a partir da nova capacidade de conversão de GNL, a Lituânia diversificou suas fontes de gás, diminuindo a capacidade da Rússia de aplicar sua arma energética para moldar as preferências políticas de Riga²².

²² Capital da Lituânia

Condições	Resultado
Rússia controla as fontes de recursos energéticos	SIM
Rússia controla as rotas de exportação	SIM
Rússia realiza aumentos de preços e / ou interrupções no fornecimento	SIM
Lituânia aceita / concede às demandas do Estado exportador	NÃO
Lituânia diversifica fontes de fornecimento de energia após tentativas iniciais de coerção	SIM

Resultado: A OTAN e a União Europeia chegaram muito próximos as fronteiras da Rússia. A adesão da Lituânia às instituições hostis aos interesses de Moscou fortaleceu a sensação de “cerco”. Deste modo, tornou-se imperativo ao Kremlin punir e desestabilizar Riga através do aumento dos preços de energia. Todavia, o Estado importador resistiu bem às pressões da Gazprom. Os litígios incentivaram à diversificação das fontes energéticas de Riga. Nesse sentido, os EUA e EU forneceram preciosa ajuda ao seu aliado. A usina flutuante para conversão de GNL foi oferecida pelos EUA, que além de trazer maior autonomia à Lituânia ainda conseguiu tornar o país um consumidor do seu GNL. Todavia, o Kremlin dispõe de vários instrumentos econômicos que ainda são utilizados para causar um impacto negativo significativo na economia letã, como restrição às importações de produtos da Letônia e redução do fluxo de mercadorias russas através dos portos da Letônia (KLUS, 2017). Apesar disso, a arma energética russa não foi eficazmente utilizada. O Estado alvo não concedeu às demandas do exportador e acabou diversificando suas fontes de importação de energia.

5.2.4 Ucrânia (2009, 2014)

O fim da Guerra Fria trouxe um grau de independência sem precedentes para a Ucrânia. No entanto, também trouxe ao cenário político do país mais instabilidade. A Rússia continuou a influenciar a Ucrânia a partir do Leste, enquanto a recém-formada União Europeia começou a exercer sua influência sobre o país a partir do Oeste. Dentro da Ucrânia, surgiram facções políticas concorrentes, leais a uma das respectivas esferas de influência (MANESS e VALERIANO, 2015). A princípio, o governo ucraniano tentou manter um equilíbrio precário entre a Rússia e o Ocidente em sua política externa. Entretanto, quando o candidato pró-Rússia Viktor Yanukovich ganhou uma eleição acirrada sobre seu oponente pró-Ocidente, Viktor Yushchenko, na eleição presidencial de 2004, os protestos em massa irromperam. Depois do

que ficou conhecido como Revolução Laranja, os resultados das eleições foram considerados ilegítimos e Yushchenko assumiu a presidência.

Durante a década de polarização política que se seguiu, a Ucrânia começou a se reorientar politicamente em direção ao Ocidente, e formalmente buscou ser membro da União Europeia e da OTAN. Isso agravou as tensões com a Rússia. A Gazprom começou a alertar que uma aliança mais fria e distante com a Rússia levaria ao fim dos subsídios à exportação de gás. Se Yushchenko queria um relacionamento mais próximo com o Ocidente, ele também deveria estar preparado para pagar preços mais próximos daqueles pagos pelos clientes ocidentais. Na época, a Ucrânia estava pagando acerca US\$ 50 por 1.000 metros cúbicos de gás, enquanto o preço de mercado no Ocidente era de US \$ 150. Assim, o fim dos subsídios custaria à Ucrânia US\$ 3-5 bilhões anuais (GOLDMAN, 2008). Entretanto, as promessas de Moscou não se limitaram à retórica. A arma energética foi uma das formas de Moscou expressar seu desconforto explícito com as novas políticas pró-Ocidente de Kiev (MEARSHEIMER, 2014). Portanto, a Gazprom utilizou a arma energética contra a Ucrânia em três ocasiões (2006, 2009, 2014). Esta pesquisa se deterá aos eventos de 2009 e 2014.

Em janeiro de 2009, uma grande crise de fornecimento de gás para a Europa foi instaurada mediante a interrupção no fluxo do gás russo no principal gasoduto que liga a Rússia à Europa através da Ucrânia. Na época, o gasoduto transportava cerca de 40% de todo o gás importado pela Europa. Tal como em 2006, a crise foi causada por desacordos sobre preços e também por desavenças políticas entre os dois países. Na ocasião, milhares de clientes europeus ficaram sem aquecimento. As consequências do corte de abastecimento foram agravadas com a chegada de uma grande nevasca que reduziu drasticamente as temperaturas em grande parte do continente. Países como a Croácia e a Sérvia perderam todo o gás da Rússia, enquanto a França e a Áustria perderam cerca de 30% (NYGREN, 2018).

Aumentando o conflito entre a Rússia e a Ucrânia por causa do aumento dos preços do gás, a Gazprom suspendeu todas as entregas de gás natural para a Ucrânia e o sul da Europa em junho de 2014. A Gazprom afirmou que a Ucrânia estava com pagamentos atrasados na ordem de mais de US \$ 4 bilhões. Ucrânia rebateu alegando que ilegalidade no aumento de preços, e que o valor real dos débitos não chegava aos US \$ 2 bilhões. A crise energética de 2014 foi apenas uma das camadas que envolve as relações russa-ucranianas. Putin uma vez descreveu o colapso da União Soviética como a "maior catástrofe geopolítica" do século XX (STONE, 2017). Isso ajuda a explicar seu esforço para estabelecer uma União Eurasiática: Um poderoso bloco econômico e político formado por ex-Estados soviéticos sob a liderança da Rússia. A

Ucrânia é considerada uma parte fundamental do plano devido à sua dimensão, às ligações históricas com a Rússia e à sua posição de fronteira com a UE. A Rússia ainda vê a influência regional como o chamado jogo de soma zero, daí sua determinação em manter a Ucrânia dentro do que o primeiro-ministro Dmitri Medvedev chamou de esfera de "interesses privilegiados" de Moscou - e fora da União Europeia (JACKSON, 2014).

Entretanto, a Ucrânia, que antes era dependente do abastecimento de gás da Rússia, vem priorizando agora a compra providas de países europeus. Desde a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014, Kiev decidiu procurar alternativas para enfraquecer a influência russa em sua economia. Em novembro de 2015, o país suspendeu completamente as importações de gás natural da Rússia (REUTERS, 2017).

A fixação da Rússia na Ucrânia, além das questões energéticas, é parte de um projeto mais amplo de ancorar a Rússia a Europa. A Ucrânia é um pivô – “bordejando o Mar Negro ao Sul e os antigos satélites soviéticos a Oeste, a própria independência da Ucrânia mantém a Rússia, em grande medida, fora da Europa” (KAPLAN, 2013, p. 184).

Condições	Resultado
Rússia controla as fontes de recursos energéticos	SIM
Rússia controla as rotas de exportação	SIM
Rússia realiza aumentos de preços e / ou interrupções no fornecimento	SIM
Ucrânia aceita / concede às demandas do Estado exportador	NÃO
Ucrânia diversifica fontes de fornecimento de energia após tentativas iniciais de coerção	SIM

Resultado: Laços mais estreitos entre os dois países, pelo menos em teoria, dariam à Rússia acesso mais seguro à rede de gasodutos do antigo satélite soviético e ao mercado europeu, além de possibilitar um controle maior de Moscou sobre uma região chave na sua esfera de influência. No entanto, a arma energética russa não possibilitou a Moscou alcançar os objetivos políticos desejados. Além disso, a Ucrânia movimentou-se no sentido de reduzir as importações diretas de gás da Rússia nos últimos anos (Figura 4). Kiev fez isso aumentando suas importações de gás da Eslováquia, Hungria e Polônia, por meio de novas interconexões de dutos.

A dependência da Rússia do território ucraniano para o trânsito de suas exportações de gás para Europa tem sido um dos catalisadores dos conflitos recentes entre os dois países. Em muitos aspectos, isso não é surpreendente, uma vez que um país que é dependente das receitas

das exportações de energia como a Rússia, corre um risco ainda maior por ser dependente de um território estrangeiro onde não há um órgão abrangente para resolver os riscos regulatórios, legais e contratuais. Sendo assim, a dependência mútua e o distanciamento político tiveram consequências sísmicas para os dois países e para a Europa. As ramificações acabaram por desafiar a ordem da Europa no pós-Guerra Fria, como a anexação da Criméia em 2014.

Figura 17-Importação de Gás Russo por Ucrânia e Lituânia (2000-2016)



Fonte: (COLLINS, 2017)

5.2.5 Estônia (2007)

Na Estônia, Moscou também procurou influenciar as escolhas políticas domésticas. As disputas energéticas entre os dois países começaram quando o presidente estoniano, Toomas Hendrik Ilves, decidiu transferir um monumento da era soviética do centro da capital Tallinn para um cemitério militar, em abril de 2007 (MYERS, 2007). A decisão, dias antes do tradicional 9 de maio da Rússia - quando os russos celebram a vitória soviética na Segunda Guerra Mundial, foi fortemente contestada por Moscou e pelas minorias russas que vivem na Estônia. O monumento representa a glória soviética e permaneceu como um importante símbolo da identidade nacional russa. No entanto, para os estonianos era uma incomoda lembrança da ocupação e repressão da União Soviética (DW BRASIL, 2007).

Alguns dias depois, em 2 de maio de 2007, ferrovias controladas pelo Estado russo, sob o pretexto de manutenção e reparos, suspenderam as entregas de petróleo, gasolina e outros recursos russos para a Estônia. Entretanto, as elites políticas da Estônia tinham pouca dúvida

de que essas paralisações tinham motivação política. A interrupção teve peso significativo. Em 2006, a Estônia importava cerca de 46% do seu petróleo da Rússia (IEA, 2014). O governo da Estônia acreditava que Moscou estava envolvida na organização de protestos e tumultos realizados por cerca de 1.500 russos locais e de ataques cibernéticos contra sites estonianos, no mesmo período (MCGUINNESS, 2017).

Esses eventos, ao mesmo tempo em que demonstram claramente as táticas de poder pesado de Moscou, também destacaram os limites da arma energética russa. O governo da Estônia, liderado pelo primeiro-ministro Andrus Ansip, do partido reformista, não renunciou, como foi pedido por Moscou; nem alterou suas políticas, mas continuou com a realocação do monumento. O governo ganhou popularidade. Após vários meses, os fluxos de energia foram retomados, ao passo que, após um ano, o comércio estoniano-russo cresceu para níveis pré-crise. Os aliados da Estônia mostraram solidariedade com a causa. Um centro de excelência da OTAN sobre terrorismo cibernético foi estabelecido na Estônia, juntamente com o planejamento de contingência para a defesa da região. No curto prazo, a arma energética russa falhou (GRIGAS, 2012).

Condições	Resultado
Rússia controla as fontes de recursos energéticos	SIM
Rússia controla as rotas de exportação	SIM
Rússia realiza aumentos de preços e / ou interrupções no fornecimento	SIM
Estônia aceita / concede às demandas do Estado exportador	NÃO
Estônia diversifica fontes de fornecimento de energia após tentativas iniciais de coerção	SIM

Resultado: A maioria dos produtos petrolíferos consumidos na Estônia é importada e é originária de refinarias localizadas em países vizinhos, nomeadamente na Lituânia e na Finlândia. Em 2011, a Lituânia forneceu 45% do total das importações de petróleo da Estônia, enquanto outros países da antiga União Soviética (FSU) e Finlândia foram a fonte de 15% e 20%, respectivamente. Vale a pena notar que a Estônia reduziu sua dependência de importações da Rússia nos últimos anos. Enquanto em 2006 46% do petróleo estoniano era importado da Rússia, em 2011 esse número já tinha caído para cerca de 5%. Assim, o país diversificou suas fontes de fornecimento. Quanto aos objetivos da Rússia, não foram alcançados. O monumento foi realocado e o presidente Ilves não renunciou ao cargo.

Tabela 6 - Resultados do Uso da Arma Energética Russa

		BELARUS	GEÓRGIA	LITUÂNIA	UCRÂNIA	ESTÔNIA
PRÉ-CONDIÇÕES	Exportador consolida o controle de recursos energéticos	✓	✓	✓	✓	✓
	Controle estatal sobre rotas de exportação	✓	✓	✓	✓	✓
	Exportador realiza aumentos de preços e / ou interrupções no fornecimento	✓	✓	✓	✓	✓
RESULTADOS	Estado alvo aceita / concede às demandas do Estado exportador	N/A	X	X	X	X
	Estado-alvo diversifica fontes de fornecimento de energia após tentativas iniciais de coerção	X	✓	✓	✓	✓
		✓ Sim X Não (N/A) Nenhuma das Alternativas				

Fonte: Elaborado pelo autor. Baseado em (COLLINS, 2017)

Como resultado da análise dos casos, percebe-se que a instabilidade no fornecimento de energia por parte da Rússia, a curto prazo, causou sérios transtornos e instabilidade nos países alvos. No rescaldo imediato das interrupções no fornecimento e nos preços, os países diretamente afetados às vezes tiveram que fazer concessões táticas a Moscou, como a Ucrânia pagando preços mais altos pelo gás em 2009. No entanto, a longo prazo, a percepção que predomina é de que mediante o reconhecimento de que os suprimentos de energia foram instrumentalizados politicamente por Moscou, induziu os países consumidores a diversificarem suas fontes de fornecimento de hidrocarbonetos. Assim, estes países conseguiriam reduzir os riscos futuros de serem vítimas da arma energética russa.

Não obstante, a hostilidade causada pelas crises de energia não reverteu a tendência dos países alvos de se aproximarem da esfera de influência ocidental, representadas por organizações como a OTAN e a União Europeia. Em alguns casos, até acelerou o processo de consolidação das parcerias. Sendo assim, pelo menos de início, a arma energética da Rússia, nos casos apresentados, não resultou em maior influência e assertividade em sua vizinhança.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi demonstrar qual os limites da capacidade do Estado russo de utilizar os recursos energéticos (gás e petróleo) como arma geopolítica no espaço pós-soviético. Ou seja, até que ponto a arma energética russa concedeu ao Kremlin os objetivos geopolíticos pretendidos no momento de sua utilização. O principal alvo de Moscou é resgatar o poder e a influência da Rússia em seu entorno estratégico, o chamado espaço pós-soviético. Como visto no capítulo 2, a década de 1990 foi um período traumatizante. A instabilidade política e o empobrecimento conduziram uma potência para a margem do protagonismo internacional. As armas nucleares e o assento de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU pareciam impotentes em meio à incapacidade da Rússia se reerguer.

Para seu maior rival, destruir o que restara do poder russo nem mesmo parecia ser necessário. Os Estados Unidos poderiam criar o equilíbrio de poder regional que queriam, bastando apenas expandir a OTAN e o sistema de alianças para o Leste. Foi exatamente isso que ocorreu. Com a OTAN à sua porta os russos ficaram alarmados. Para o Kremlin, essa aliança era, antes de tudo, uma ameaça militar. A Rússia não via nenhuma razão para o Ocidente expandir a OTAN se a intenção não fosse a de cercar para depois atacar. A inclusão dos países bálticos na expansão, foi o marco da expansão da organização.

A ascensão de Vladimir Putin, em 2000, criou uma Rússia muito diferente daquela liderada por Boris Yelstin. As metas declaradas por ele de restabelecer a Rússia como uma grande potência geopolítica capaz de efetivamente contrapor e conter a influência crescente da OTAN e da União Europeia, forçaram a elite governante do país a avaliar pragmaticamente seus pontos estratégicos. A fraqueza relativa das forças econômica e militar da Rússia, em comparação com a aliança transatlântica, forçou sua atual liderança a se concentrar na energia como fonte de crescimento econômico e alavancagem da política externa.

Concomitantemente, a chegada de Putin ao Kremlin foi acompanhada de um aumento acentuado nos preços do petróleo. Este fato impulsionou a economia russa e também sua capacidade de gastar em uma série de áreas, especialmente a defesa. As receitas da exportação de petróleo e gás saltaram de US \$ 53 bilhões em 2000 para US \$ 330 bilhões em 2014 (embora isso tenha diminuído com a queda subsequente nos preços do petróleo). O aumento das receitas energéticas foi crucial para garantir um crescimento notável na economia russa. À medida que as capacidades econômicas do país melhoravam, a Rússia procurava cada vez mais exercer seu poder crescente fora de suas fronteiras.

Assim, como visto no capítulo 3, as principais orientações da política energética russa foram elaboradas pela Administração Presidencial no contexto da gestão dos recursos minerais, que em contraste com a posição do Kremlin no setor da energia durante os anos 90, implicaram no estabelecimento de níveis mais firmes de controle estatal sobre os recursos energéticos. A poderosa capacidade de suas reservas fez o país emergir como um *player* cada vez mais importante nos mercados globais de energia - devido à sua posição como um importante fornecedor de petróleo e gás natural, particularmente para a Europa.

Para defender sua força energética, a Rússia passou a gerar esforços para manter o maior número possível de parceiros dependentes de suas fontes de energia. Assim, essa vulnerabilidade poderia ser manipulada pelo Kremlin para fins políticos específicos. Um componente fundamental dessa estratégia é o controle de dutos e de instalações de energia nos países vizinhos. A Rússia tentou controlar gasodutos na Polônia, Belarus, Ucrânia e nos Estados bálticos que transportam petróleo e gás da Rússia para outros países. Como não conseguiu, Moscou buscou construir rotas alternativas contornando tais países. Os gasodutos North Stream, que atravessa o Mar Báltico e liga diretamente Rússia e Alemanha, e o TurkStream, que vai diretamente para a Turquia através do Mar Negro, são exemplos dessa estratégia. Ao mesmo tempo, Moscou controla os gasodutos através de seu próprio território, que transporta petróleo e gás dos países do Cáspio e da Ásia Central, e trabalha duro para garantir que esses países não encontrem rotas alternativas de exportação. Ademais, entre 2005-2007, através da Gazprom, a Rússia aumentou significativamente suas participações em empresas de distribuição de energia e infraestrutura nos países da sua vizinhança.

Esta pesquisa também trouxe a percepção de algumas diferenças encontradas em termos de como cada recurso energético agiu na estratégia russa. O petróleo foi mais expressivo em termos de aumento de receita do que o gás natural. Em 2014, o petróleo gerou aproximadamente 88% das receitas de hidrocarbonetos do orçamento federal e representou 82% das receitas de exportação de hidrocarbonetos. O gás natural foi mais importante como instrumento de influência. Como visto no capítulo 4, a grande maioria dos casos analisados tiveram o gás natural como instrumento de coerção política. Assim, o status da Rússia como uma potência mundial não poderia ser alcançado sem o uso do petróleo para aumentar a sua riqueza nacional e do gás natural para tentar manter seus vizinhos alinhados com sua política externa. Foram raras as vezes que o Kremlin tentou utilizar o petróleo como arma política – entre os casos analisados, somente na Estônia. Afinal, o petróleo é muito mais fácil de ser transportado e o

seu mercado global é complexo e fragmentado, fato que inibe qualquer tentativa de manipulação por parte de Estados fornecedores de forma individual.

Nesse sentido, a Rússia utilizou prioritariamente o gás natural como uma arma política para Estados que faziam parte da ex-União Soviética. Utilizou porque apresenta todas as condições necessárias para impactar seus clientes. Condições estas ampliadas por meio das reformas realizadas por Vladimir Putin no setor de energia, que deram mais controle sobre as decisões do setor. O Kremlin usou a arma energética aumentando o preço do gás, cobrando preços diferentes para diferentes clientes, ameaçando e interrompendo o fluxo de energia e contornando os países de trânsito, através da construção de dutos alternativos para a transferência de energia para os clientes europeus. A arma energética foi vista pelo Kremlin como uma compensação pela mudança na distribuição de poder no sistema internacional às custas da Rússia. Assim, o governo russo tentou usar a estratégia de ligação entre a energia e segurança para não perder o controle sobre os antigos Estados soviéticos. Sendo os países bálticos, do Cáucaso e de trânsito, especialmente a Ucrânia, alvos e vítimas da arma energética.

No entanto, como constatado no capítulo 4, a curto prazo, a arma energética russa causou até transtornos e dramas econômicos nos países alvos. Mas no longo prazo, o uso político da energia induziu os líderes dos países alvos a buscarem diversificação de suas fontes de fornecimento. A hostilidade causada pelas crises de energia não reverteu a tendência dos países alvos de se aproximarem da esfera de influência ocidental, representadas por organizações como a OTAN e a União Europeia. Em alguns casos, até acelerou o processo de consolidação das parcerias. Sendo assim, pelo menos de início, a arma energética da Rússia, nos casos apresentados, não resultou em maior influência e assertividade em sua vizinhança.

As avaliações ocidentais do poder energético da Rússia tendem a ser desanimadoras e Moscou tem sido frequentemente acusada de usar seus recursos para obter influência diplomática. A reputação da Rússia, tanto como fornecedora de energia quanto como parceira internacional, tem sido prejudicada como resultado de sua aparente disposição de usar seus recursos energéticos e controlar a infraestrutura de exportação como um instrumento de influência política. Essa preocupação suscitou um interesse renovado no desenvolvimento de novas infraestrutura de gasodutos (e terminais de GNL), permitindo que os países da Europa e do espaço pós-soviético diversifiquem seus fornecedores.

Portanto, diante dessa nova realidade, a arma energética russa só tem se mostrado eficaz em países que permitem que a Gazprom domine seu mercado, ou aqueles que aceitem subsídios em troca de um favor comercial ou político, bem como aqueles que construam dívidas por falta

de pagamento ou concordem com contratos flexíveis, que possibilitem ao Kremlin explorá-las oportunamente.

Em contrapartida, os preços altos da energia e a otimização do Estado russo no espectro de gestão dos seus recursos energéticos, criou um cenário de relativa estabilidade, com períodos de grande crescimento econômico no início do século. O fundo bilionário de estabilização, tem sido crucial nos períodos de baixas nos preços da energia, e durante as sanções comerciais aplicadas pelo Ocidente após a anexação da Criméia, em 2014. Assim, Moscou tem evitado os choques dramáticos das quedas em sua receita, mantendo certa estabilidade política e econômica, que tem servido, entre outras coisas, para turbinar as receitas do seu sistema de defesa. Este fato tem possibilitado o envolvimento cada vez maior do país em questões militares, como o apoio à Síria e a anexação da Criméia.

Apesar de não ter alcançado alguns resultados políticos desejados em sua esfera de influência, a Rússia está mais forte, mas armada, mas respeitada. Foi bem-sucedida a vencer a guerra dos dutos, mantendo, pelo menos por um tempo razoável, sua posição prioritária de fornecimento de gás e petróleo para o continente europeu, lar de vários membros da OTAN e União Europeia. Com a volta do crescimento nos preços da energia, sua economia tende a melhorar, melhorando suas receitas e sua capacidade de investir nos pilares do poder nacional. Fato que com a reeleição de Putin, em 2018, parece ser provável.

REFERÊNCIAS

AALTO, P. **Russia's Energy Policy - National, Interregional and Global Levels**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2012.

ASCHER, A. **Russia - A Short History**. London: Oneworld, 2009.

BALMACEDA, M. M. **The Politics of Energy Dependency -Ukraine, Belarus, and lithuania between Domestic oligarchs and russian Pressure**. Toronto: University of Toronto Press , 2013.

BANDEIRA, L. A. M. **A Segunda Guerra Fria - geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BANDEIRA, L. A. M. **A Desordem Mundial - O Espectro da Total Dominação - Guerras por Procuração, Terror, Caos e Catastrófes Humanitárias**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BANKWATCH NETWORK. Nabucco gas pipeline. **Bankwatch Network**, 2010. Disponível em: <<https://bankwatch.org/project/nabucco-gas-pipeline>>. Acesso em: 29 Janeiro 2018.

BBC NEWS. How the Rose revolution happened. **BBC News**, 2005. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/4532539.stm>>. Acesso em: 15 Dezembro 2017.

BBC NEWS. Russia blamed for 'gas sabotage'. **BBC News**, 2006. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4637034.stm>>. Acesso em: 15 Janeiro 2018.

BILGIN, M. Energy security and Russia's gas strategy: The symbiotic relationship between the state and firms. **Communist and Post-Communist Studies**, 2011. 119–127.

BOCHKAREV, D. **Russian Energy Policy during President Putin's Tenure: Trends and Strategies**. London: GMB, 2006.

BP GLOBAL. Statistical Review of World Energy, 2017. Disponível em: <<https://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy.html>>. Acesso em: 30 Abril 2018.

BRITO, T. L. F. et al. A Dialética da Segurança Energética das Nações. In: FRÉDÉRIC MONIÉ, J. B. **Geografia e Geopolítica do petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. p. 15-52.

BUSHKOVITCH, P. **História Concisa da Rússia**. Tradução de José Ignácio Coelho Mendes Neto. 1ª. ed. São Paulo: Edipro, 2014.

CALVOCARESSI, P. **Política Mundial a partir de 1945**. Porto Alegre: Penso, 2011.

COLLINS, G. **Russia's Use of the "Energy Weapon" in Europe**. Rice University's Baker Institute For Public Policy. [S.l.], p. 01-08. 2017.

GHALEB, A. **Natural Gas as an Instrument of Russian State Power**. Carlisle: Strategic Studies Institute, 2011.

GLOBAL AND RUSSIAN ENERGY OUTLOOK TO 2040. THE ENERGY RESEARCH INSTITUTE OF THE RUSSIAN ACADEMY. Moscow, p. 175. 2014.

GLOBAL TRADE TRACKER. Global Trade Tracker, 2017. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/web/international-trade-in-goods/data/database>>. Acesso em: 12 Março 2018.

GOLDMAN, M. I. **PETROSTATE - Putin, Power, and the New Russia**. New York: Oxford University Press, 2008.

GRAAF, T. V. D. et al. **The Palgrave Handbook of the International Political Economy of Energy**. London: Palgrave, 2016.

GRIGAS, A. **Legacies, Coercion and Soft Power: Russian Influence in the Baltic States**. Chatham House. [S.l.], p. 01-16. 2012.

GRIGAS, A. **The New Geopolitics of Natural Gas**. London: Harvard University, 2017.

HART, J. Three Approaches to Measurement of Power in International Relations. **International Organization Journal**, p. 289-305, 1976.

HASHIM, S. M. Power-loss or power-transition? Assessing the limits of using the energy sector in reviving Russia's geopolitical stature. **Communist and Post-Communist Studie**, 2010. 263–274.

HAYS, J. Russian Privatization and Oligarchs. **Facts and Details**, 2008. Disponível em: <http://factsanddetails.com/russia/Economics_Business_Agriculture/sub9_7b/entry-5169.html>. Acesso em: 15 janeiro 2018.

HILL, F. **Energy Empire - Oil, Gas and Russia's Revival**. The Foreign Policy Centre. London, p. 01-38. 2004.

IEA. **Energy Supply Security 2014**. International Energy Agency. [S.l.]. 2014.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Natural Gas Information**. Paris: OECD/IEA, 2016.

ISERI, E.; ÖZDEMİR, V. Geopolitical Economy of Russia's Foreign Policy Duality - Lockean in its East and Hobbesian in its West. **Rising Powers Quarterly**, v. 1, n. 1, p. 57-79, 2017.

JACKSON, A. 7 reasons Russia wants to keep Ukraine all to itself. **Public Radio International (PRI)**, 2014. Disponível em: <<https://www.pri.org/stories/2014-01-31/7-reasons-russia-wants-keep-ukraine-all-itself>>. Acesso em: 15 Abril 2018.

JAFFE, A.; SOLIGO, R. Militarization of Energy: Geopolitical Threats to the Global Energy System. **The James A. Baker III Institute for Foreign Policy**, 2008.

JANELIŪNAS, T.; MOLIS, A. Energy Security of Lithuania: Challenges and Perspectives. **Central and Eastern European Online Library**, n. 01, p. 200-223, 2005.

JONES, B. D.; STEVEN, D. **The Risk Pivot - Great Powers, International Security and Energy Revolution**. Washington: Brookings Institution Press, 2014.

JOSEFSON, J.; ROTAR, A. Oil and gas regulation in the Russian Federation: overview. **Practical Law**, 2018. Disponível em: <[https://uk.practicallaw.thomsonreuters.com/0-527-3028?transitionType=Default&contextData=\(sc.Default\)&firstPage=true&bhcp=1](https://uk.practicallaw.thomsonreuters.com/0-527-3028?transitionType=Default&contextData=(sc.Default)&firstPage=true&bhcp=1)>. Acesso em: 20 Abril 2018.

JUNIOR, H. Q. P. et al. **A Economia da Energia - Fundamentos Econômicos, Evolução Histórica e Organização Industrial**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

KANTER, J. Lithuania offers example of how to break russias grip on energy. **New York Times**, 2014. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2014/10/28/business/energy-environment/lithuania-offers-example-of-how-to-break-russias-grip-on-energy.html>>. Acesso em: 22 dezembro 2017.

KAPLAN, R. D. **A Vingança da Geografia - A construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica**. Tradução de Cristiana de Assis Serra. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KAPLAN, R. D. The Geopolitics Of Energy. **Forbes**, 2014. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/stratfor/2014/04/04/the-geopolitics-of-energy/#2153550b3b39>>. Acesso em: 25 Março 2018.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. Power and Interdependence Revisited. **International Organization**, v. 41, n. 04, p. 725-753, 1987.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. **Power and Interdependence**. 3ª. ed. New York: Longman, 2001.

KLUS, A. Latvia – a potential target for Russian economic aggression? **New Eastern Europe**, 2017. Disponível em: <<http://neweasterneurope.eu/2017/08/17/latvia-a-potential-target-for-russian-economic-aggression/>>. Acesso em: 20 Março 2018.

KUHRT, N.; FEKLYUNINA, V. **Assessing Russia's Power - A Report**. King's College London. London. 2017.

LARSSON, R. L. **Russia Energy Policy - security dimensons and Russia's reability as a energy supply**. Stockholm: Swedish Defence Research Agency, 2006.

LEMOS, J. K. F. O Oil Boom Estadunidense e o futuro geopolítico do Golfo Pérsico. **Mundorama**, 2016. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=19503>>. Acesso em: 15 Julho 2018.

LOBELL, S. E.; RIPSAN, N. M.; TALIAFERRO, J. W. **Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy**. London: Cambridge University Press, 2009.

MACROTRENDS. Crude Oil vs Natural Gas - 10 Year Daily Chart. **Macrotrends**, 2018. Disponível em: <<http://www.macrotrends.net/2500/crude-oil-vs-natural-gas-chart>>. Acesso em: 15 Março 2018.

MANESS, R. C.; VALERIANO, B. **Russia's Coercive Diplomacy: Energy, Cyber, and Maritime Policy as New Sources of Power**. London: Palgrave, 2015.

MCGUINNESS, D. How a cyber attack transformed Estonia. **BBC**, 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/39655415>>. Acesso em: 15 Fevereiro 2018.

MCNABB, D. E. **Vladimir Putin and Russia's Imperial Revival**. New York: Taylor & Francis Group, 2016.

MEARSHEIMER, J. J. **Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault**. New York: Council on Foreign Relations, 2014.

MISÍK, M.; PRACHÁROVÁ, V. Before 'Independence' Arrived: Interdependence in Energy Relations between Lithuania and Russia. **Geopolitics**, v. 21, n. 3, p. 579-604, 2016. ISSN 1557-3028.

MYERS, S. L. Russia Rebukes Estonia for Moving Soviet Statue. **New York Times**, 2007. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2007/04/27/world/europe/27cnd-estonia.html>>. Acesso em: 28 Dezembro 2017.

NEWNHAM, R. Oil, carrots, and sticks: Russia's energy resources as a foreign policy tool. **Journal of Eurasian Studies**, v. 2, n. 2, p. 134-143, Julho 2011.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais - correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NORWICH UNIVERSITY. Consequences of the Collapse of the Soviet Union. **Norwich University**, 2017. Disponível em: <<https://graduate.norwich.edu/resources-mah/articles-mah/consequences-of-the-collapse-of-the-soviet-union/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

NYGREN, B. **The Rebuilding of Greater Russia - Putin's foreign policy towards the CIS countries**. New York: Routledge, 2018.

OILPRICE. What is Peak Oil Theory? A Thorough Look at This heavily Debated Topic. **Oilprice**, 2009. Disponível em: <<https://oilprice.com/Energy/Crude-Oil/What-Is-Peak-Oil-Theory-A-Thorough-Look-At-This-Heavily-Debated-Topic.html>>. Acesso em: 22 janeiro 2018.

OPEN MINDED. The New Cold War - A response. **Open Minded s**, 2017. Disponível em: <<http://openmindedsearchfortruth.blogspot.com.br/2017/09/the-new-cold-war-response.html?spref=pi>>. Acesso em: 22 Março 2018.

ORTTUNG, I.; PEROVIC, J. **Energy and the transformation of International Relations: Toward a new producer-consumer framework**. London: Oxford Institute for Energy Studies, 2009.

ORTTUNG, R. W.; OVERLAND, I. A limited toolbox: Explaining the constraints on Russia's foreign energy policy. **Journal of Eurasian Studies**, v. 02, p. 74-85, 2011.

PIROG, R. CRS Report for Congress: Russian Oil and Gas Challenges., 2007. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL33212.pdf>>. Acesso em: 15 Fevereiro 2018.

POLAND, M. Russian Economy in the Aftermath of the Collapse of the Soviet Union. **Needham**, 2003. Disponível em: <http://www2.needham.k12.ma.us/nhs/cur/Baker_00/03-04/baker%20poland%20p1/ussr.htm>. Acesso em: 20 fevereiro 2018.

PUTIN, V. V. Vladimir Putin's Academic Writings and Russian Natural Resources Policy - Mineral Natural Resources in the Strategy for Development of the Russian Economy. **Problems of Post-Communism**, 53, n. 1, 2006. 48-54.

REUTERS. Ukraine's gas imports up 51 percent this year. **Reuters**, 2017. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-ukraine-gas-imports/ukraines-gas-imports-up-51-percent-this-year-idUSKBN1DO1JQ>>. Acesso em: 15 Janeiro 2018.

RUTLAND, P. The Political Economy of Energy in Russia. In: RASZEWSK, S. **The International Political Economy of Oil and Gas**. Londres: Palgrave Macmilian, 2018. Cap. 3.

SEGRILLO, A. **De Gorbachev a Putin - A saga da Rússia do socialismo ao capitalismo**. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

SIPRE. SIPRI Military Expenditure Database. **SIPRE**, 2018. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/milex>>. Acesso em: 25 janeiro 2018.

SIXSMITH, M. **Putin's Oil The Yukos Affair and the Struggle for Russia**. New York: Continuum, 2010.

SKALAMERA, M. Revisiting the Nabucco Debacle. **Problems of Post-Communism**, v. 65, n. 1, p. 18-36, 2018. ISSN 1075-8216.

SOUTH STREAM. The TurkStream Offshore Pipeline. **South Stream**, 2018. Disponível em: <<http://www.south-stream-transport.com/>>. Acesso em: 22 Janeiro 2018.

STEGEN, K. S. Deconstructing the "energy weapon": Russia's threat to Europe as a case study. **The Journal Energy Policy**, v. 39, n. 10, p. 6505-6513, Agosto 2011. ISSN <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2011.07.051>.

STONE, O. **As entrevistas de Putin**. Tradução de Carlos Szlak. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2017.

TABULA. GEORGIA GETS 93.4% OF ITS NATURAL GAS FROM AZERBAIJAN. **TABULA**, 2017. Disponível em: <<http://www.tabula.ge/en/story/119104-georgia-gets-934-of-its-natural-gas-from-azerbaijan>>. Acesso em: 15 Março 2018.

TSYGANKOV, A. P. **The State Strong in Russia - development and crises**. London: Oxford University Press, 2014.

VISENTINI, P. F. **O Caótico Século XXI**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

WORKMAN, D. Russia's Top 10 Exports. **Worlds Top Exports**, 2018. Disponível em: <<http://www.worldstopexports.com/russias-top-10-exports/>>. Acesso em: 15 Agosto 2018.

WORLD BANK. GDP Russia. **World Bank**, 2018. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD>>. Acesso em: 15 Março 2018.

YERGIN, D. **A busca - energia, segurança e a reconstrução do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Intrínica, 2014.

ZIEGLER, C. E. Neomercantilism and Energy Interdependence: Russian Strategies in East Asia. **Asian Security**, 28 Janeiro 2010. 74-93.